

DM

**A Perspetiva Temporal de Futuro
em Indivíduos em Situação de Reclusão**
Estudo de caso no Estabelecimento Prisional do Funchal

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Diana Filipa Pereira Nuñez

MESTRADO EM PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO



UNIVERSIDADE da MADEIRA

A Nossa Universidade

www.uma.pt

novembro | 2014

**A Perspetiva Temporal de Futuro
em Indivíduos em Situação de Reclusão**
Estudo de caso no Estabelecimento Prisional do Funchal
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Diana Filipa Pereira Nuñez
MESTRADO EM PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO

ORIENTADOR
Maria Regina Teixeira Ferreira Capelo

CO-ORIENTADOR
Renato Gil Gomes Carvalho

Agradecimentos

A presente dissertação representa um grande marco, não só no meu percurso acadêmico, bem como na minha experiência pessoal, pelo que quero deixar um profundo agradecimento a todos aqueles que partilharam esta experiência arrebatadora e me apoiaram em todos os passos para a concretização desta investigação.

Aos meus orientadores, a Doutora Regina Capelo e o Doutor Renato Carvalho, pelo apoio que me deram desde o início do estudo, pela motivação e pela orientação ao longo da investigação.

À Célia, colega de curso e amiga neste processo, pela partilha de dúvidas, ansiedades, alegrias, discussão de ideias, pelo apoio incondicional.

Aos reclusos participantes, pela disponibilidade sentida e pelo entusiasmo com que aceitaram este projeto.

Ao Serrão, pelo apoio emocional, energia, boa disposição que sempre me invadiram de motivação para terminar esta dissertação.

Aos meus amigos, pela compreensão nos momentos de ausência, pela confiança, apoio emocional, partilha de emoções e ansiedades, pelo incentivo.

À minha família, pelo carinho e incentivo desde o início deste projeto.

À Magna, por sempre me incentivar a fazer mais e melhor.

Aos meus pais e à minha irmã, pelo apoio e confiança que sempre depositaram em mim durante todo o meu percurso, pela compreensão e paciência nos momentos mais difíceis deste processo.

Resumo

A percepção do tempo, uma das dimensões centrais da perspetiva temporal de futuro, assume um papel crucial na forma como os sujeitos se comportam e atribuem significado à experiência. A investigação tem demonstrado que os indivíduos que cometem atos ilícitos têm dificuldade na construção de perspetivas face ao futuro, expressas, por exemplo, na incapacidade de controlar os impulsos ou na definição de uma orientação nas suas ações futuras. Por este motivo, torna-se importante a compreensão desta realidade. Além disso, o facto de serem rotulados pela sociedade exerce algum tipo de influência nas suas perspetivas de futuro, as quais vão mudando consoante os acontecimentos durante a reclusão. Assim, neste estudo pretendemos compreender as perspetivas desta população face ao futuro, considerando as suas características idiossincráticas e incluindo na análise, não só a extensão no futuro das perspetivas, como também quais as áreas predominantes nas mesmas (pessoal, profissional, familiar, social) e a valência emocional (positiva ou negativa) que lhe é atribuída. Foi adotada uma metodologia qualitativa, com recurso à técnica de entrevista a uma amostra de 16 reclusos do Estabelecimento Prisional do Funchal. O tratamento dos dados foi levado a cabo através da análise de conteúdo, onde verificámos perspetivas face ao futuro predominantemente focadas no momento da saída e na vida profissional ulterior, a que é atribuída uma valência emocional positiva.

Palavras-Chave: reclusos, perspetiva temporal de futuro, estabelecimento prisional, metodologia qualitativa.

Abstract

Time perception, one of the cornerstones of Future Time Perspective, assumes a leading role in the way subjects behave and attribute meaning to their own experiences. Research has demonstrated that subjects that commit illicit acts have difficulties constructing future time perspective, as shown by their inability to control their own impulses or in planning their future course of actions. For these reasons, it becomes important to understand this reality. Furthermore, being labelled by society applies some influence in their future prospects, which shift depending on occurrences during incarceration. In this study we aim to understand the perspectives of this population towards the future, taking into account their idiosyncratic features and including, not only regarding the future prospects, but also which areas predominate them (personal, professional, familiar, social) and their associated emotional toll (positive or negative). A qualitative methodology was used, using an interview technique with a sample of 16 inmates from Estabelecimento Prisional do Funchal. It was used the content analysis method that allowed us to verify a FTP linked to the moment of release, where generality of FTP was related to positive emotional toll and strongly faced towards the subjects professional dimension.

Key-words: inmates, future time perspective, penal institution, qualitative methodology.

Índice

Introdução.....	6
Capítulo I – Enquadramento.....	8
A Perspetiva Temporal de Futuro em Situação de Reclusão.....	9
Antecedentes Para o Ato Criminal.....	9
A Situação de Reclusão.....	10
O Conceito da Perspetiva Temporal de Futuro em Psicologia da Educação.....	16
A Perspetiva Temporal de Futuro em Indivíduos em Situação de Reclusão.....	18
Capítulo II – Metodologia.....	23
Objetivo.....	24
Metodologia.....	25
O Estudo de Caso Como Desenho da Investigação.....	28
Amostra.....	30
Instrumento.....	31
O Guião da Entrevista.....	31
Procedimentos de Recolha de Dados.....	34
Procedimentos de Análise de Dados.....	35
Tratamento dos Dados e Processo de Categorização.....	37
Procedimentos de Validade do Constructo.....	40
Capítulo III – Resultados.....	42
Resultados.....	43
Acontecimentos Antes da Prisão.....	43
Representações Acerca da Reclusão.....	46
Comportamentos e Atividades Dentro do Estabelecimento Prisional.....	49
Perspetivas de Futuro para o Momento da Saída da Prisão.....	51

Perspetiva de Futuro de Dimensão Pessoal.....	54
Perspetiva de Futuro de Dimensão Profissional.....	54
Perspetiva de Futuro de Dimensão Familiar.....	56
Perspetiva de Futuro de Dimensão Social.....	58
Outras Perspetivas de Futuro.....	59
Discussão.....	60
Conclusão.....	64
Referências.....	69
Anexos.....	78
Anexo I.....	79
Anexo II.....	83

Índice de Quadros

Quadro 1.....	33
---------------	----

Introdução

O sistema prisional evoluiu na sua cultura de apenas combate ao crime para uma mentalidade de promoção do humanismo, tendo como intuito principal devolver o recluso à sociedade com competências suficientes que o ajudem a viver em cidadania e com menor probabilidade de reincidência criminal (Dall'Agno, 2010). Todavia, a situação de reclusão não deixa de ser uma experiência de *stress* para o indivíduo, tendo este de se adaptar a uma realidade em que se encontra privado da liberdade e em relação à qual deverá desenvolver mecanismos de *coping* que o ajudem a lidar com esta nova fase da vida.

A partir do momento em que o recluso entra no estabelecimento prisional é feito um trabalho dirigido para um percurso de reinserção social através de várias políticas relacionadas com a saúde, educação, trabalho e lazer. Apesar deste acompanhamento profissional para um caminho de reeducação e reconciliação com a sociedade, a realidade intramuros mostra ser completamente diferente, composta por regras, horários, interdições, espaços de isolamentos e vigilância constante. Desta forma, a experiência de reclusão, pelas suas características específicas, poderá influenciar a forma como os indivíduos constroem perspectivas face ao tempo futuro, pelo que é importante compreender e analisar a perspectiva temporal de futuro (PTF) neste tipo de população. Este conceito consiste nas aspirações, desejos, medos, preocupações, esperanças e objetivos de vida, assumindo um papel fundamental na atribuição de significado à experiência, onde o tempo presente é visto como uma antecipação dos objetivos futuros através de processos motivacionais (Locatelli, Bzuneck & Guimarães, 2007; & Carvalho, 2012). O estudo deste processo psicológico neste tipo de população torna-se essencial para a melhoria da intervenção ao nível da reinserção social, uma vez que os reclusos não têm a possibilidade de testar no tempo presente a construção de projetos

futuros, desenvolvendo-os apenas no imaginário, sem qualquer fundamento realista (Tavares & Menandro, 2008).

Pretende-se, com esta investigação, compreender e descrever as perspetivas temporais de futuro dos reclusos do Estabelecimento Prisional do Funchal, aferindo a valência emocional (positiva ou negativa) que lhe é atribuída e a que domínio da vida do indivíduo estão ligadas, nomeadamente, à área pessoal, profissional, familiar ou social. Assim, este estudo terá três partes: (1) o enquadramento teórico acerca da PTF em situação de reclusão, procurando esclarecer conceitos como perspetiva temporal de futuro, situação de reclusão, reinserção social e mostrar algumas investigações acerca do tema em estudo; (2) descrição da metodologia utilizada, através da enumeração dos objetivos, a justificação para a utilização da metodologia qualitativa através de um estudo de caso, a descrição dos participantes, menção de todos os processos relacionados com a recolha dos dados e todos os passos utilizados no tratamento e análise de dados; finalmente, na última parte encontra-se a (3) apresentação, análise e discussão dos resultados, onde serão descritos e analisados todos os resultados provenientes da investigação e que foram relevantes para os objetivos deste estudo, bem como estarão patentes algumas considerações finais, com reflexões sobre a investigação, propostas de intervenção ao nível da reinserção social baseadas nos resultados e algumas limitações decorrentes ao longo do trabalho.

Capítulo I - Enquadramento

A Perspetiva Temporal de Futuro em Situação de Reclusão

Antecedentes do Ato Criminal

A investigação que estuda as razões subjacentes ao comportamento criminal tem vindo a referir fatores que estão na origem deste tipo de conduta, os quais poderão ser biológicos, explicando o ato ilícito como consequência de perturbações, patologias ou disfunções genéticas; individuais, associados às características idiossincráticas do indivíduo (idade, educação, desordens de personalidade, uso de drogas, entre outros); psicológicos, que indicam o crime como um ato voluntário associado à subjetividade e aos desejos do sujeito; ambientais, respetivos à interação com os diversos contextos, como a família, vizinhança, escola e grupo de amigos; e/ou sociais, onde estão associados diversos acontecimentos relacionados com a sociedade, como a pobreza, discriminação e outras carências sociais (Agnew, 1999; Bushway & Reuter, 2002; Barreto, 2006; MacKenzie, 2006; & Niquice, 2013).

Já para Andrews e Bonta (2003), existem oito grandes fatores de risco associados a comportamentos ilícitos, designados por antecedentes antissociais, comportamentos antissociais, atitudes fora da norma social, padrões de personalidade antissociais, circunstâncias familiares problemáticas, acontecimentos escolares ou profissionais complicados, situações de lazer problemáticas e consumos de droga. Estes fatores que predispoem o indivíduo a cometer um ato ilícito podem também ser vistos como fatores de proteção, que modificam, melhoram ou alteram respostas pessoais a determinados riscos de desadaptação quando associados a situações positivas, como por exemplo, uma relação familiar sólida e positiva, um forte envolvimento dos pais no acompanhamento da vida na adolescência, êxito escolar, apoio mútuo, capacidade de

tomar decisões, autoestima, entre outros (Andrews & Bonta, 2003; & Morais & Koller, 2004).

Igualmente, a teoria de Hirschi defende que todo o ser humano tem uma tendência para o desvio da norma, de forma a atingir os seus objetivos, contudo, quando há pressão social, este poderá ser um fator de proteção para este desvio, havendo uma consequência ou um vínculo forte ao grupo social (Cusson, 2002). Assim, o facto de um indivíduo pertencer a vários grupos sociais, como a família, os amigos, os colegas de trabalho ou de escola, leva à prevenção de comportamentos desviantes, havendo uma maior socialização e pressão social positiva (Tscharf, 2009).

A Situação de Reclusão

A situação de reclusão leva a uma necessidade de adaptação por parte do sujeito ao estabelecimento prisional, tornando-se num estilo de vida *stressante*, onde este tende a modificar os seus comportamentos e o seu funcionamento pessoal de forma a haver um reajustamento à nova realidade (Cunha, 2008). Porém, a intervenção no estabelecimento prisional tem vindo a sofrer mudanças significativas ao longo do tempo. Atualmente são necessários cada vez mais profissionais nas prisões para garantir, não só a vigilância dos reclusos, como também uma segurança pessoal quanto aos outros e a si próprio. É, também, garantida a higiene do recluso, roupa adequada, alimentação saudável e algum conforto na cela, como energia elétrica suficiente para certos aparelhos eletrónicos. A saúde dos reclusos deve ser monitorizada, no sentido da despistagem de doenças infecciosas, no fornecimento de medicamentos, materiais e profissionais qualificados para todo o tipo de doenças, físicas e mentais, bem como o transporte dos reclusos para tratamentos que não são possíveis de serem feitos dentro do estabelecimento prisional. É, ainda, essencial haver acompanhamento religioso,

psicológico e algumas atividades extracurriculares, para que possam passar o tempo de forma mais proveitosa (Silva, s.d.).

A investigação tem demonstrado que a situação de reclusão leva a várias situações de *stress*, nomeadamente falta de oportunidades de ocupações laborais dentro da prisão, processos legais extensos, isolamento, dificuldades em receber qualquer tipo de apoio, roubos e agressões entre reclusos, falta de visitas de familiares e amigos, monotonia e o aumento dos sentimentos de culpa, devido à consciencialização do crime cometido, onde as primeiras quarenta e oito horas são as mais críticas em termos de processo de transição (Wolfgang, 1961; Gearing, 1979; Brodsky & Smitherman, 1983; Megargee e Carbonell, 1985; & Gonçalves, 2005, citados por Afonso, 2012). Esta exposição contínua ao *stress* poderá levar a consequências físicas e psicológicas, como o evitamento emocional, depressão, ideação suicida e níveis elevados de hostilidade, podendo haver uma adaptação ineficaz e deficitária às exigências do meio prisional (Gonçalves, 2008).

No entanto, estas dificuldades de adaptação tendem a diminuir com o passar do tempo, à medida que o indivíduo em situação de reclusão vai estabelecendo o seu próprio ritmo e vai aprendendo mecanismos de *coping* que o ajudam a lidar com o contexto em que se encontra (Picken, 2012). Por outro lado, quanto maior for o tempo de pena, as competências sociais vão-se deteriorando, tornando esta situação num conjunto de perdas para aqueles que têm uma condenação maior (Austin, Hardyman & Irwin, 2002). Contudo, o tempo da pena por si só não é um fator de risco para uma reinserção social positiva, uma vez que o facto de o indivíduo passar a sua condenação ao longo da vida, desde a adolescência a uma idade mais avançada, torna-o mais vulnerável em termos de competências sociais, já que tais não foram adquiridas de uma forma saudável ao longo do tempo (Wolf, Shi & Shumann, 2012). Os reclusos mais

velhos, que cumprem penas mais longas, estão propensos a ter mais dificuldades na reinserção social, na medida em que a situação de reclusão tornou-se uma realidade constante ao longo da vida. Estes tendem a ter dificuldades em lidar com o meio livre e com a sociedade, uma vez que dependeram durante muito tempo das rotinas, regras e serviços da prisão (Aday, 2006; & Snyder, van Wormer, Chadha & Jagers, 2009). É essencial que os serviços prisionais providenciem momentos de liberdade que permitam aos reclusos oportunidades de serem autónomos e de terem iniciativa pessoal na sociedade, para um aumento das capacidades sociais e pessoais (Haney, 2009).

A partir do momento em que o recluso entra na prisão, os serviços prisionais têm de ter em consideração que esta entrada deve ser dirigida para um percurso de reinserção social individual, ou seja, deve de haver um trabalho de reabilitação para uma nova entrada na sociedade, de forma saudável. A reinserção social foi criada para desenvolver condições para que os indivíduos em situação de reclusão possam optar livremente por viver em sociedade sem cometer crimes, sendo um trabalho que envolve o esforço do Estado, da sociedade e do próprio recluso. Esta reabilitação do indivíduo permite que a sociedade se vá modificando e eliminando os fatores responsáveis pelos crimes (Gomes, 2008). Assim, tornou-se importante haver uma preocupação de assistência quer prisional, quer fora do meio institucionalizado, onde é essencial que a sociedade esteja envolvida neste processo, uma vez que a reinserção social implica uma reconciliação entre o indivíduo e o meio social (Moisão, 2007).

Para este propósito, existem várias políticas que facilitam o processo de reinserção social. Na área da saúde, os reclusos são considerados utentes no Serviço Nacional de Saúde e usufruem dos mesmos cuidados de saúde dos restantes cidadãos e de serviços mínimos de saúde dentro do estabelecimento prisional. Na área da educação, há uma parceria entre o Ministério da Educação e o Ministério da Justiça, para que os

indivíduos em situação de reclusão possam ter acesso a um ensino regular que os permita iniciar ou continuar os estudos que tinham fora da prisão ou podem também usufruir de uma formação profissional, preparando-os para a vida ativa. Na área do trabalho, os reclusos têm direito a trabalhar, mas esta área é vista também como um dever, onde estes têm de ser responsabilizados pelo seu trabalho, orientando-os para a produtividade, implementação da disciplina e obediência, formação de hábitos honestos e reforço da consciência de deveres morais, familiares e sociais (Gomes, 2008). A qualidade do trabalho dentro da prisão é importante, na medida em que pode aumentar o positivismo quanto ao futuro fora do estabelecimento prisional, devendo ser uma experiência significativa que leve a oportunidades após a saída da situação de reclusão (Visher & O'Connel, 2012).

Esta reinserção pretende que haja uma punição da culpa concreta, uma capacidade de reintegrar todo o indivíduo responsável na sociedade, um tratamento individual e planificado para cada recluso, uma escolha voluntária por parte do recluso de participar na reinserção social, uma participação ativa da sociedade nesta reinserção, uma co-responsabilização do Estado, da sociedade e do indivíduo, uma tentativa de reparação da vítima e a criação de condições favoráveis ao regresso de uma vida conformada às normas jurídico-penais (Gomes, 2008).

No entanto, é fundamental compreender que o mundo livre e o mundo prisional são completamente diferentes, na medida em que a rotina do recluso dentro do estabelecimento prisional é composta por regras, horários, espaços de convívio, espaços de isolamento, inúmeras interdições e vigilância constante, o que não se passa na sociedade em geral. Este facto leva a que haja uma grande discrepância e uma dificuldade crescente de adaptação do recluso numa futura reinserção no meio (Barreto, 2006). A privação da liberdade pode ser um aspeto negativo na vida dos indivíduos, no

sentido em que a prisão é um processo de aculturação, com adoção, em maior ou menor grau, de hábitos, costumes e da cultura geral da prisão. Assim, no momento da saída, o indivíduo poderá tornar-se numa pessoa moldada para, muitas vezes, reincidir no crime, dando continuidade aos atos ilícitos que cometeu ou até mesmo vir a cometer crimes mais gravosos devido à sua convivência com os outros reclusos (Craddock, 1996, citado por Chamberlain, 2012; & Sá, 1997, citado por Seron, 2009).

Segundo a tipologia de Quay (1984, citado por Afonso, 2012), existem três tipos de reclusos, os *Alfas*, os *Betas* e os *Gamas*. Os *Alfas* caracterizam-se como tipicamente agressivos, manipuladores e hostis, tendo vários problemas de disciplina e pouca empatia. Os *Betas* são reclusos dependentes dos outros, com comportamentos passivos, ansiosos e egocêntricos, sendo os mais vitimizados e associados ao consumo de droga. E por fim, os *Gamas* que tendem a ser aqueles em quem é depositada alguma confiança, são mais leais, cooperantes e trabalhadores, com características tradicionais, cumpridores das normas sociais e jurídicas, mas que no decorrer das suas vidas tiveram algum problema com a justiça.

Para Bauman (2005, citado por Seron, 2009), um recluso que não tenha um acompanhamento profissional e adequado dentro da prisão, voltar a viver em sociedade é quase impossível, sendo mais provável voltar ao estabelecimento prisional, podendo até entrar na sociedade com características menos normativas do que quando iniciou o cumprimento da pena. Os programas de intervenção em situação de reclusão para uma reinserção social saudável devem ir ao encontro dos fatores que estão na origem de um comportamento criminal, apontados anteriormente por Andrews e Bonta (2003), pelo que aqueles programas que apenas abrangem fatores gerais, como a atividade física, a saúde mental, as preocupações ou medos relacionados com as sanções e problemas

personais dos reclusos, não são efetivos na redução dos comportamentos criminais (Andrews & Bonta, 2003; Andrews & Dowden, 2006; & MacKenzie, 2006).

Na realidade, esta população é vítima de exclusão social pela condição física em que se encontra, ou seja, com a liberdade limitada por barreiras arquitetónicas, isolando todos aqueles que não agem de acordo com as normas sociais. Um recluso percebe-se como um cidadão privado de relações sociais, em situação de isolamento e sem qualquer autonomia. Desta forma, a educação para a cidadania em reclusos torna-se fundamental, na medida em que deve haver um trabalho ligado à recuperação do equilíbrio entre os direitos e deveres do cidadão, para que, no momento da saída, estes estejam conscientes da necessidade do cumprimento de deveres, mas também a possibilidade do exercício dos seus direitos (Tscharf, 2009).

Segundo Pinto e Hirdes (2006), existem fatores que diminuem a probabilidade de reincidência no meio prisional e conseqüentemente têm um futuro mais promissor em termos de reabilitação e de reinserção social, nomeadamente, a existência de uma família estruturada que deposite no indivíduo perspectivas de futuro positivas, o facto de o recluso ter um trabalho ou uma ocupação dentro da prisão, ter condições financeiras favoráveis no momento da saída, aceitar a sua situação de reclusão, ter vontade de se inserir na sociedade de forma positiva, não assumir uma identidade criminal dominante e ter perspectivas de futuro emocionalmente positivas e realistas.

O estudo de Davis, Bahr e Ward (2012) acerca da reinserção dos reclusos na sociedade, concluiu que aqueles que tinham um desejo pessoal e um sistema de suporte saudável foram os que se reintegraram de forma mais positiva, desistindo do crime e do uso abusivo de drogas. Para Visser e O'Connell (2012), o apoio familiar durante a situação de reclusão, bem como a percepção de regresso a um grupo de origem seguro, são fatores fundamentais para fomentar o esforço cognitivo necessário para a

consciência de um possível *self* depois do momento da saída, no sentido de mudanças de comportamento e afastamento da situação criminal. Assim, um sistema de suporte social, um bom acompanhamento dentro do estabelecimento prisional, condições económicas e laborais favoráveis e um desejo pessoal de reabilitação têm um grande impacto nos indivíduos que saem da prisão, havendo maior probabilidade de terem uma reinserção saudável e positiva (Davis, Bahr & Ward, 2012).

A PTF mostra-se, desta forma, um importante fator de resiliência e proteção face a trajetórias inadaptativas, tornando-se fundamental explorar este constructo nos reclusos, visto que a situação de reclusão é uma consequência de comportamentos desviantes e caracteriza-se por uma situação de elevado *stress* na vida do sujeito, modificando completamente todos os planos e projetos futuros que estes poderiam ter até à entrada na prisão.

O Conceito de Perspetiva Temporal de Futuro em Psicologia da Educação

A perceção do tempo tem sido um tópico importante na investigação em Psicologia. Foi com William James, entre 1890 e 1960 que este tema é enfatizado como uma característica específica do pensamento humano. Já Lewin, em 1951, considerava a perceção do tempo como um fator que influenciava de uma forma determinante as ações, emoções, motivações e a moralidade dos indivíduos em vários momentos da sua vida (Janeiro, 2012).

A perspetiva temporal está relacionada com a forma como os sujeitos percecionam e experienciam diferentes marcos temporais, através da codificação, armazenamento e recuperação de objetos e acontecimentos no passado, presente e futuro. No passado estão as memórias, que influenciam as cognições e comportamentos em situações semelhantes no presente. O tempo presente é influenciado pelas variáveis

ambientais e pessoais, as quais atuam nos comportamentos e cognições do sujeito. Já o futuro abrange os projetos e expectativas dos indivíduos, influenciando fortemente as cognições e comportamentos no dia-a-dia (Ortuño & Janeiro, 2009; Carvalho, in press).

No entanto, o futuro foi um dos marcos temporais mais estudados na perspectiva temporal, dando origem ao conceito de perspectiva temporal de futuro. A PTF é vista, assim, como um fenómeno subjetivo e algumas vezes inconsciente, através da qual as pessoas relacionam-se com o tempo futuro (Boyd & Zimbardo, 2005). Consiste na criação de objetivos de vida, projetos pessoais, tarefas de vida ou possíveis *selves*, caracterizados por aspirações, desejos, medos, preocupações e esperanças. Estes projetos futuros são influenciados pelas características pessoais e pelos contextos em que o sujeito está inserido, nomeadamente a família, os colegas, a escola, a idade cronológica, o nível socioeconómico e até os meios de comunicação social, podendo esta influência ser positiva ou ser a causa de indecisão para o futuro (Locatelli et al., 2007; Carvalho, 2012; & Carvalho, in press).

Este constructo torna-se, desta forma, a antecipação no presente de objetivos futuros através de processos motivacionais, assumindo um papel fundamental na forma como os indivíduos agem e atribuem significado à experiência, onde estes percecionam as ações presentes como consequências imediatas nos planos futuros. A PTF não é apenas uma fantasia quanto ao futuro, mas uma valorização das metas ao longo do tempo, podendo estas serem próximas ou distantes no *continuum* temporal (Locatelli et al, 2007; Carvalho, 2012; & Carvalho, in press).

Assim, a PTF, conjugada com uma instrumentalidade de comportamento, tende a estar relacionada com o aumento da motivação, aprendizagem, desempenho e persistência, onde as perceções dos indivíduos quanto ao futuro e o comportamento

presente, ligam-se à motivação para um sucesso pessoal, escolar e profissional (Nuttin & Lens, 1985; Peetsma, 2000; Abousselam, 2005; & Carvalho, 2007).

Este conceito temporal é visto como, sobretudo, cognitivo, uma vez que os sujeitos pensam acerca das suas experiências, desenvolvendo, posteriormente, um plano de ação. Porém, é também interpretado como afetivo-motivacional e comportamental, devido ao valor emocional dos projetos que motivam os comportamentos, tornando-se num constructo flexível, na medida em que o sujeito é capaz de mudar e moldar as suas crenças futuras e, conseqüentemente, as suas ações presentes (Nuttin & Lens, 1995; & Carvalho, Pocinho & Silva, 2010).

É de salientar que a capacidade de olhar para o futuro e perceber a utilidade do comportamento atual é diferente de pessoa para pessoa, sendo importante estabelecer objetivos e projetos futuros que irão afetar as escolhas comportamentais, o esforço e a persistência nas tarefas definidas pelo próprio sujeito. As diferenças individuais na PTF influenciam aspetos motivacionais significativos na vida do indivíduo, relacionando-se com diferentes formas de adaptação em vários contextos (Carvalho et al, 2010; & Carvalho & Novo, in press), sendo um constructo fundamental para a intervenção em contexto prisional direcionada para processos motivacionais relacionados com a reinserção social.

A Perspetiva Temporal Futura em Indivíduos em Situação de Reclusão

Os autores Stein, Sarbin e Kulik (1968) revelam que indivíduos com maiores capacidades de socialização e menos comportamentos desviantes tendem a ter perspetivas de futuro mais extensas e estritamente ligadas aos padrões e marcos da sociedade, nomeadamente ter uma vida profissional de sucesso, constituir família, ter uma casa, um carro, bons resultados académicos, entre outros. Pelo contrário, vários

estudos mostraram que os indivíduos que cometeram atos ilícitos tendem a ignorar as possíveis consequências advindas dos seus comportamentos, não lidam bem com a tensão, agem de forma mais impulsiva, são menos capazes de prever gratificações e a sua perspectiva de futuro é menos ampla. Não possuem a capacidade de controlar os seus impulsos, de integrar sistemas temporais, têm uma perspectiva temporal de futuro menos extensa, as suas ações não são orientadas para o futuro e são pessoas menos realistas, levando a que acreditem que os fatores externos são os responsáveis pelos resultados futuros e não eles mesmos (Mischel & Gilligan, 1964; Black & Gregson, 1973; & Trommsdorff & Lamm, 1980).

Trommsdorff e Lamm (1980) referem que a perspectiva temporal de futuro dos reclusos está relacionada com a data do fim da reclusão, ou seja, estes tendem a enquadrar o seu futuro apenas para o momento da saída da prisão, levando a que este seja visto como “suspense” até o marco da saída. Contudo, o recluso tende a antecipar problemas sérios devido à sua situação de reclusão, levando-o a pensar de forma realista, que tem de começar de novo, reintegrar-se e alcançar a aceitação da sociedade e o sucesso pessoal. Assim, este age no momento presente consoante o futuro após a saída da prisão.

Todavia, é comum haver indivíduos da mesma família no mesmo estabelecimento prisional ou laços sociais que existiam antes da reclusão, o que faz com que o “tempo à parte” relativo ao tempo dentro da prisão, passe a ser um *continuum* na vida do sujeito, onde a realidade temporal está incluída na duração da pena. Este facto leva a que o futuro seja visto como possibilidades plausíveis ancoradas no presente, onde as relações anteriores à reclusão continuam durante esta e irão prolongar-se após a saída da prisão. Desta forma, os planos futuros tornam-se mais concretos, modestos, comedidos e destinados a reparar estragos consequentes da privação da liberdade. Os

reclusos veem o futuro como algo que não será muito diferente do passado, mas apenas esperam que não seja pior (Cunha, 2007).

Os projetos futuros tendem a ser formulados e reformulados de acordo com o resultado de pequenas experiências e situações que vão acontecendo ao longo da vida do indivíduo. No entanto, os reclusos não têm a possibilidade, enquanto privados da sua liberdade, de através de tentativa e erro, irem construindo planos futuros. Assim, estes apenas podem desenvolver os seus projetos através do imaginário, sem ações quotidianas, o que poderá levar a perspectivas futuras irrealistas, sem fundamentos do dia-a-dia (Tavares & Menandro, 2008).

É de salientar que a PTF depende das experiências passadas e presentes do indivíduo, a qual acaba por ser severamente influenciada pelo rótulo de “recluso”. Durante a reclusão, esta perspectiva sofre diversas mudanças, à medida dos acontecimentos ao longo do tempo (Trommsdorff & Lamm, 1980), bem como consoante o tempo da pena de prisão e a idade do recluso (Marques, 2013). Desta forma, quanto maior for a pena, as perspectivas futuras vão diminuindo ao longo do tempo em que estão presos, assim como, os reclusos mais velhos demonstram expectativas mais baixas (Snyder et al., 2009; & Marques, 2013).

O trabalho é também um fator importante para os reclusos, na medida em que, quando saírem do meio prisional, estes irão necessitar de meios de subsistência para poderem viver em sociedade e evitarem a possibilidade de entrarem novamente no mundo criminal e conseqüentemente, não haver reincidência no estabelecimento prisional. No entanto, como já foi referido, estes serão vítimas de um rótulo social aquando da saída, o que, juntamente com a conjuntura económica e social atual, torna-os indivíduos com menos oportunidades de emprego, num mercado de trabalho cada vez mais competitivo (Cunha, 2008). Apesar destes fatores, os reclusos tendem a ter

expetativas ilusórias quanto à ocupação do posto de trabalho que preferem e às oportunidades de emprego que irão ter (Marques, 2013).

Estes tendem a ter expetativas futuras positivas, no sentido em que apresentam aspirações em relação à procura de trabalho, às relações sociais mais próximas, à compensação da educação e à participação na vivência de descendentes (Silva, 2012). Todavia, é fundamental ter em conta que a privação da liberdade é um acontecimento marcante na vida do indivíduo, pelo que afeta as decisões, ambições e a vida normal que tinha antes da reclusão. Este facto pode levar a cabo a mudança de projetos anteriores à reclusão ou ao desenvolvimento de novos projetos futuros (Silva, 2012). A forma como o recluso se sente ou age dentro do estabelecimento prisional influencia grandemente as suas atitudes e comportamentos depois do momento da saída (Visher & O'Connel, 2012)

Assim, com a perspetiva nas instituições prisionais de haver uma reinserção social dos reclusos no momento da sua saída, leva a que maioria destes tendam a ter uma perspetiva de valor emocional excessivamente positiva quanto ao seu futuro, os quais acreditam na facilidade de renovar laços familiares, encontrar habitação, emprego estável e evitar o risco de reincidência no meio prisional. Estas expetativas positivas encontram-se relacionadas com uma participação elevada nas atividades dentro da instituição prisional e um maior contacto com a família (Visher & O'Connel, 2012).

Os reclusos com um maior sentido de esperança tendem a ter mais facilidade em analisar e lidar com todas as oportunidades e desilusões que vão surgindo depois de estes terem sido libertados (LeBel, Burnett, Maruna & Bushway, 2008). Maruna (2001) afirma que indivíduos que deixaram o crime definitivamente após a saída da prisão mantinham sempre uma atitude otimista e positiva, uma noção de controlo sobre o seu futuro e fortes crenças acerca do seu valor pessoal. Porém, quanto maior for a pena, os

níveis de otimismo e de esperança quanto a um futuro melhor tendem a baixar (Dhami, Mandel, Loewenstein & Ayton, 2006; & Visher & O'Connel, 2012). Segundo a investigação de Burnett e Maruna (2004), os indivíduos em situação de reclusão que se mostraram mais otimistas e esperançosos quanto ao futuro, foram aqueles que tiveram menos taxa de reincidência, dez anos após a sua libertação, em comparação com os indivíduos que se mostraram céticos quanto aos projetos e planos para o momento da saída.

A motivação para um futuro fora do mundo criminal aquando da saída da prisão poderá estar ligada à tomada de consciência da necessidade de ter papéis pró-sociais, ou seja, o indivíduo mostra um desejo de ser um bom pai/mãe, ter um emprego estável, uma casa própria, ser financeiramente independente ou contribuir para a comunidade, levando a que este se veja de uma forma diferente, como uma pessoa que tem valor na sociedade (Giordano, Schroeder & Cernkovich, 2007). Esta tomada de consciência está ligada ao desencantamento pela vida criminal, consequência da entrada na prisão, de todas as dificuldades que encontra durante o período de reclusão e do tempo disponível que dispõe para fazer uma retrospectiva de vida (Visher & O'Connel, 2012).

Torna-se, desta forma, fundamental compreender e analisar as perspetivas futuras dos reclusos, consoante o seu percurso no estabelecimento prisional, de forma a melhorar diferentes aspetos da reinserção social, maximizando os resultados positivos nos indivíduos aquando da saída do estabelecimento prisional.

Capítulo II - Metodología

Metodologia

Objetivo

A situação de reclusão é um acontecimento marcante na vida do indivíduo, onde este é exposto a várias experiências *stressantes* relacionadas com a privação da liberdade e com o facto de estarem num contexto desconhecido e adverso, leva a uma influência na perceção da realidade do indivíduo, relacionada essencialmente com o futuro no momento da saída, alterando a definição de objetivos, projetos ou planos que estes tinham até ao momento da entrada na prisão. Sendo este período considerado como “suspenso” na vida social do sujeito, a PTF foi identificada pela investigação como um fator de proteção essencial para a resiliência de trajetórias inadaptativas, no sentido de influência nos processos motivacionais do indivíduo para um comportamento instrumental que os leve a atingir os objetivos futuros e os ajudam a adaptar-se aos vários contextos (Trommsdorff & Lamm, 1980; Carvalho et al., 2010; Carvalho, in press; & Carvalho & Novo, in press). Desta forma, a PTF demonstra ser um constructo fundamental para a intervenção em contexto prisional ao nível da reinserção social, para que estes indivíduos voltem à sociedade com as ferramentas e competências necessárias para construir um futuro pessoal e social dentro dos trâmites legais.

Assim, o objetivo geral deste estudo passa pela análise e compreensão da PTF em reclusos do Estabelecimento Prisional do Funchal, visto que este tipo de população está privada da sua liberdade, não tendo oportunidade de ir construindo o seu futuro através de experiências de vida presentes.

Pretende-se, de uma forma mais específica, compreender, tendo em conta o contexto em que estão inseridos, a extensão da PTF dos reclusos e aferir qual o valor emocional que predomina na PTF (positivo ou negativo) e quais os conteúdos mais

salientes na PTF desta população, ou seja, perspetivas relacionadas com a área pessoal, profissional, familiar ou até mesmo, perspetivas que tenham a ver com a sociedade e o facto de vir a ser um cidadão ativo e responsável, verificando se a informação recolhida neste estabelecimento prisional vai ao encontro das investigações feitas acerca desta temática.

Os objetivos desta investigação podem ser sintetizados através das seguintes questões de investigação:

- a) Como se caracteriza a PTF dos reclusos do Estabelecimento Prisional do Funchal?
- b) Qual a valência emocional presente na PTF dos reclusos do Estabelecimento Prisional do Funchal?
- c) Qual a principal área/domínio apresentada na PTF dos reclusos do Estabelecimento Prisional do Funchal?

Metodologia

A presente investigação pretende uma abordagem compreensiva e exploratória das perspetivas de futuro dos reclusos através da análise da singularidade das suas experiências pessoais e da forma como estas dão significado a cada uma delas, pelo que será utilizada uma abordagem qualitativa de investigação, uma vez que responde melhor aos objetivos do estudo, não tendo como propósito generalizar os resultados à luz dos princípios positivistas.

Para Yin (1984, citado por Alves-Mazzotti, 2006), a generalização na metodologia qualitativa é possível, no entanto, de uma forma diferente quanto à metodologia quantitativa. Este autor defende que é possível fazer uma “generalização analítica”, ou seja, na investigação de carácter qualitativo, o investigador não procura

casos que sejam representativos de uma população para a qual pretende generalizar, contudo, os resultados da investigação poderão produzir proposições teóricas que sejam possíveis de aplicar a outros contextos semelhantes.

Além disso, as generalizações na metodologia quantitativa são baseadas num conjunto de experiências replicadas no mesmo esquema em diferentes condições, pelo que o mesmo raciocínio poderá ser utilizado para a metodologia qualitativa no estudo de casos múltiplos, já que a possibilidade de generalização não estará na amostragem, mas na replicação do estudo a outros contextos (Yin, 1984, citado por Alves-Mazotti, 2006).

A metodologia qualitativa foca as experiências individuais, apresentadas através de pensamentos, ideias, sentimentos, atitudes e percepções, dando grande importância ao comportamento e à interação social. Tem como principal objetivo desenvolver um tipo de conhecimento baseado nas experiências e crenças dos participantes, sendo uma metodologia flexível, interativa e emergente, no sentido em que é essencial que o investigador tenha capacidade de adaptar o processo de investigação de acordo com os resultados que vão emergindo ao longo da pesquisa (Öhman, 2005).

Para Creswell (1998), este tipo de metodologia é um processo de compreensão que explora os problemas sociais dos indivíduos, em que o investigador constrói a sua investigação de uma forma complexa e holística, analisa palavras, descreve detalhadamente as perspetivas dos participantes e conduz o estudo no seu ambiente natural. Morse (1992) descreve-a como um método interpretativo que lida com o mundo social e a forma como este é interpretado, percebido, experienciado e produzido pelo ser humano.

Esta metodologia tenta compreender o fenómeno de uma forma ampla, considerando todos os dados importantes para a interpretação e tendo uma visão holística sobre o ambiente e as pessoas que estão a ser estudadas (Godoy, 1995). Tem

como bases científicas a hermenêutica, que valoriza a compreensão dos pensamentos e comportamentos do indivíduo, sem explicações causais; a fenomenologia, que trabalha com o mundo social e com a forma como as pessoas o interpretam; e o interacionismo simbólico, que defende o papel ativo dos indivíduos no seu desenvolvimento através da interação social. Estas bases são utilizadas durante o processo de investigação qualitativa, de forma a compreender o mundo social e a interação humana (Öhman, 2005).

A metodologia qualitativa rege-se por vários pressupostos de forma a obter rigor científico, ainda que não seja de uma forma positivista. Para esta metodologia todas as realidades são diferentes e construídas socialmente, ou seja, variam conforme os diferentes grupos de pessoas e os diversos contextos sociais. Assim, cabe ao investigador encontrar e compreender esta multiplicidade de realidades, não tentando procurar uma única verdade. Além disso, o investigador e os participantes interagem entre si, havendo influência entre eles, sendo uma metodologia indutiva, ligada ao contexto e ao tempo e que requer um *design* de investigação flexível e emergente, consoante os dados que vão sendo recolhidos (Lincoln & Guba, 1985; & Öhman, 2005). Reconhece, ainda, que o investigador tem de ser subjetivo durante o processo científico, desde a escolha do tema a investigar, à formulação de hipóteses, à seleção de métodos de recolha de dados até à interpretação dos dados. Este é encorajado a refletir sobre a influência que os seus valores e crenças irão ter na investigação (Ratner, 2002).

O método qualitativo pode ser definido por quatro características essenciais: (1) o contexto natural como fonte direta de recolha de dados e o investigador como instrumento; (2) tem um carácter descritivo; (3) importância no significado que as pessoas dão aos fenómenos e à realidade; e (4) rege-se por uma perspetiva indutiva (Godoy, 1995).

Segundo a abordagem qualitativa, a ação humana tem sempre um significado, subjetivo ou intersubjetivo que não pode ser percebido ou compreendido apenas do ponto de vista quantitativo e objetivo (Fraser & Gondim, 2004).

Este tipo de metodologia vai ao encontro dos objetivos pretendidos nesta investigação, nomeadamente, uma abordagem compreensiva, interpretativa e descritiva de um fenómeno segundo as experiências pessoais de cada indivíduo.

Além disso, sendo a melhoria da intervenção ao nível da reinserção social uma das bases para a elaboração deste estudo, a metodologia qualitativa torna-se numa ferramenta útil no desenvolvimento de conhecimento acerca deste processo, uma vez que os resultados provenientes de uma reeducação e reabilitação social são dependentes das atitudes, dos pensamentos e da motivação de cada indivíduo (Öhman, 2005).

Optou-se, assim, pelo estudo de caso descritivo e transversal como desenho de investigação mais apropriado, dado que permite o estudo de dimensões idiossincráticas e características holísticas e significativas de eventos da vida real, captando melhor a informação pretendida e respondendo de forma mais eficaz aos nossos objetivos (Yin, 2009). Para Yin (2009), o estudo de caso não pretende enumerar frequências, mas sim expandir e generalizar teorias (generalização analítica).

O estudo de caso como desenho da investigação.

O estudo de caso deve ser entendido como uma metodologia que pretende investigar um caso específico, bem delimitado e contextualizado no tempo e no espaço, o que permitirá uma procura detalhada de informações acerca do fenómeno (Ventura, 2007). É um tipo de investigação que abarca várias aplicações, visto que possibilita que um certo aspeto de um fenómeno ou problema seja estudado com maior profundidade durante um período de tempo limitado. Permite, desta forma, estimular novas descobertas, devido à sua flexibilidade de planeamento, enfatizar as múltiplas

dimensões de um problema, salientando-o como um todo e analisar em profundidade todos os processos e as relações entre eles (Ventura, 2007).

Embora não haja etapas rígidas durante o processo de investigação no estudo de caso, é possível definir quatro caminhos necessários para delinear a investigação, caminhos esses que serão aplicados neste estudo: (1) delimitação do caso, ou seja, escolher a unidade que irá constituir o caso (reclusos do Estabelecimento Prisional do Funchal); (2) recolha dos dados, através de procedimentos quantitativos ou qualitativos (entrevista semiestruturada); (3) seleção, análise e interpretação dos dados recolhidos; e (4) elaboração do documento escrito acerca dos conhecimentos encontrados na investigação (Gil, 1995, citado por Ventura, 2007).

Para Stake (2000) existem três tipos de estudos de caso, dependendo do objetivo da investigação. Primeiramente, existe o estudo de caso intrínseco, onde pretende-se uma melhor compreensão em relação a um único caso que despertou um interesse particular. Existe, também, o estudo de caso instrumental, onde há uma crença em que o caso poderá facilitar a compreensão de algo mais geral, visto que permite fornecer informação sobre um determinado assunto. E, finalmente, existe o estudo de caso coletivo, em que o investigador estuda vários casos para compreender um dado fenómeno, podendo este ser visto como um estudo de caso instrumental estendido a diversos casos.

Para esta investigação, será utilizado o estudo de caso instrumental estendido a diversos casos (estudo de caso coletivo), onde serão estudados vários indivíduos dentro da mesma instituição, de forma a compreender a sua perspetiva temporal de futuro (Stake, 2000).

Amostra

Na metodologia qualitativa, a amostra é composta de uma forma propositada e estratégica à medida que a investigação vai emergindo, permitindo uma flexibilidade ao longo do processo de investigação. É de realçar que a amostra deve ser representativa da população, mas não num ponto de vista estatístico (Glaser, 1978; & Kvale, 1996, citados por Öhman, 2005; & Lincoln & Guba, 1985). Assim, a amostra nesta investigação foi selecionada de uma forma intencional, ou seja, acredita-se que um determinado grupo de pessoas “representa” particularmente bem o fenómeno a ser estudado (Almeida & Freire, 2008).

Para a realização deste estudo foi utilizada uma amostra constituída por dezasseis indivíduos do sexo masculino, de idades entre os 24 e os 51 anos, que estão em situação de reclusão no Estabelecimento Prisional do Funchal. Os participantes são provenientes de vários pontos do País, nomeadamente da Região Autónoma da Madeira, da Região Autónoma dos Açores e de Portugal Continental, havendo também um indivíduo natural do Brasil. A maior parte dos reclusos selecionados têm um nível médio de habilitações literárias, havendo apenas três com habilitações literárias mais baixas (4º ano). É de salientar ainda que um dos sujeitos tem um nível académico de Licenciatura, sendo que os outros indivíduos têm uma escolaridade entre o 5º e o 9º ano. A maior parte tinha um trabalho remunerado fora da prisão, à exceção de dois.

Na constituição da amostra pode-se encontrar participantes com diferentes tempos de pena, desde um ano até vinte e cinco anos, visto que cometeram diferentes crimes. Cinco participantes cometeram homicídio, quatro estão presos por furto, dois por roubo, dois por tráfico de drogas, um por burla, um por condução de veículo sem habilitação legal e um por incêndio florestal.

Instrumento

Como instrumento de recolha de dados seleccionámos a entrevista qualitativa. Este instrumento permite a interação social entre dois indivíduos, sendo um o entrevistador que pretende a obtenção de informações por parte do outro, o entrevistado (Haguette, 1997, citado por Boni & Quaresma, 2005). É, maioritariamente, através da entrevista que os investigadores qualitativos tendem a recolher informações sobre o fenómeno que estão a estudar, nomeadamente, informações objetivas, as quais poderão ser confirmadas através de outras fontes como estatísticas, censos, documentos, entre outros; e informações subjetivas, relacionadas com valores, crenças, atitudes e opiniões do indivíduo entrevistado (Boni & Quaresma, 2005).

A entrevista qualitativa permite uma recolha de dados mais rica em termos de perceções, sentimentos, experiências, motivações, atitudes e conhecimentos entre os indivíduos. Tem como objetivo fazer o participante falar o máximo possível acerca do tema da entrevista, através de questões mais abertas e que apelam ao diálogo (Öhman, 2005). Favorece uma relação intersubjetiva entre investigador e participante, permitindo, através de sinais verbais e não-verbais, uma compreensão de significados, valores e opiniões quanto a situações e vivências pessoais. Atinge-se, assim, um nível de compreensão da realidade do participante através de discursos, permitindo o acesso direto ou indireto aos significados, opiniões, crenças, valores, pensamentos que os indivíduos atribuem a si mesmos, aos outros e ao mundo em geral (Fraser & Gondim, 2004).

O guião da entrevista.

A entrevista semiestruturada é aplicada com um pequeno guião de perguntas que são feitas ao entrevistado, o que permite uma organização na entrevista, ainda que flexível, visto que possibilita questionar novos conceitos à medida que as informações

vão sendo transmitas ao longo da entrevista (Belei, Gimenez-Paschoal, Nascimento & Matsumoto, 2008). É composto quer por perguntas abertas, quer por perguntas fechadas, onde o entrevistador conduz a entrevista de uma forma muito semelhante ao de uma conversa informal, dando possibilidade ao indivíduo participante de difundir-se sobre o tema proposto e expor valores, crenças e pensamentos mais abrangentes. Tem, também, como vantagem uma elasticidade quanto à sua duração e uma boa interação entre entrevistador e entrevistado, o que permite o aprofundamento de determinados assuntos e uma investigação de aspetos mais afetivos e valorativos dos participantes, os quais determinam significados pessoais das suas atitudes e comportamentos (Boni & Quaresma, 2005).

Ao construirmos a entrevista tivemos em conta a necessidade de adequar a linguagem ao nível de escolaridade e às características da população. Assim, foi essencial estar atenta aos termos utilizados, na medida em que fossem compreensíveis e adequados à população estudada; se as perguntas poderiam gerar dificuldades de interpretação; se era uma entrevista que beneficiava o envolvimento do entrevistado; e se o tipo de perguntas atingiam os objetivos propostos na investigação (Belei, Gimenez-Paschoal, Nascimento & Matsumoto, 2008). Além disso, foi importante ter cautela quanto a perguntas arbitrárias, ambíguas, deslocadas ou tendenciosas, sendo fundamental que estas fossem feitas tendo em conta uma sequência lógica e permitindo uma continuidade da conversa e do pensamento do entrevistado (Boni & Quaresma, 2005).

Assim, e tendo em conta a base teórica deste estudo, foi construído um guião de entrevista semiestruturada (Quadro 1), de forma a que os indivíduos fossem capazes de comunicar e discursar o máximo de conteúdos significativos relevantes para a compreensão do tema em questão.

Quadro 1
O guião da entrevista

Dimensões	Questões
Acontecimentos antes da prisão	1. Como era a sua vida fora do estabelecimento prisional? 2. Qual o seu crime? 3. O que se passou para cometer esse crime? 4. Como aconteceu? 5. Como foi a sua detenção? 6. Qual foi a sua pena?
Representações acerca da reclusão	7. O que sentiu quando foi preso? 8. Como está a lidar com a situação de reclusão? 9. O que pensa do estabelecimento prisional? 10. O que representa para si estar preso?
Comportamento e atividades dentro do estabelecimento prisional	11. Como tem sido o seu percurso dentro do EPF? 12. Tem tido problemas com os outros reclusos? E com os guardas prisionais? 13. Em que tipo de atividades participa cá dentro? 14. Tem alguma ocupação laboral dentro do EPF?
Perspetivas futuras para o momento da saída da prisão	15. Pensa no momento da saída da prisão? 16. O que acha que vai acontecer quando sair? 17. Como pensa que vai ser recebido pela sociedade? 18. Qual é a primeira coisa que pretende fazer quando sair? 19. Tem alguma perspetiva de futuro? Se sim, qual?

O guião construído foi dividido em quatro dimensões diferentes: acontecimentos antes da prisão; representações acerca da reclusão; comportamento e atividades dentro do estabelecimento prisional e perspetivas futuras para o momento da saída da prisão. Assim, primeiramente, foram abordados os acontecimentos e trajetórias que conduziram à situação de reclusão. Em segundo lugar, procurou-se compreender de que modo os indivíduos percecionam a sua situação de reclusão, recorrendo a indicadores cognitivos, afetivos e comportamentais. Em terceiro lugar, foram aferidos os comportamentos do recluso dentro do estabelecimento prisional, bem como as ocupações laborais e as atividades que poderão ter dentro da instituição. Por último, foram exploradas as suas expetativas relativamente ao período após o cumprimento da pena, procurando-se

analisar a amplitude das suas PTF, bem como identificar potenciais objetivos pessoais, sociais, familiares e profissionais.

Procedimentos de Recolha dos Dados

Após a autorização formal do Estabelecimento Prisional do Funchal, foi feito o contacto com os participantes. No início de cada entrevista foi facultado um Consentimento Informado com todas as questões éticas salvaguardadas, como o sigilo, confidencialidade, possibilidade de desistência e solicitação de permissão para a gravação-áudio da entrevista (Almeida & Freire, 2008), bem como foi explicado oralmente os objetivos do estudo e qual o papel do participante nesta investigação. A duração das entrevistas foi entre 15 e 60 minutos. Foi feita uma gravação-áudio de todas as entrevistas para que o seu conteúdo fosse detalhadamente retido, algo que não se tornou relevante para os participantes. Quanto ao contexto das entrevistas, estas foram feitas nos gabinetes de atendimento dos técnicos superiores de reeducação, instalados nos corredores prisionais.

A seleção dos indivíduos foi feita através da leitura dos dados gerais do processo penal do recluso, havendo uma tentativa de formar uma amostra com diversidade de características em termos de idade, escolaridade, naturalidade, tipo de crime e tempo de pena, de forma a ser possível uma visão mais abrangente acerca dos resultados neste estabelecimento prisional. Foi então utilizada como processo de amostragem a variação máxima, ou seja, foram escolhidos participantes com uma grande variedade de características (Öhman, 2005).

Procedimentos de Análise de Dados

Para a análise dos dados recorreu-se globalmente à análise de conteúdo, que segundo Bardin (2008), abarca um conjunto de técnicas com o objetivo de explicitar, sistematizar e expressar o conteúdo das mensagens, de forma a que seja possível aferir deduções lógicas e justificadas relacionadas com a origem dessas mensagens. Ou seja, este método pretende revelar aquilo que está escondido, latente ou subentendido na comunicação. Relaciona as estruturas semânticas com os significados dos discursos e articula os textos com os fatores que determinam as suas características, nomeadamente, variáveis psicossociais, contexto social e cultural e processo de produção de mensagens (Minayo, 2000).

Existindo várias técnicas que podem ser utilizadas na análise de conteúdo para obter a compreensão dos significados manifestos e latentes nos dados qualitativos, nesta investigação será utilizada a análise categorial, ou seja, foi feito um esforço no sentido de desmembramento do texto em unidades ou categorias, segundo reagrupamentos analógicos (Minayo, 2000). Houve, desta forma, uma preocupação em descobrir os núcleos de sentido através da sua frequência, sob a forma de dados segmentáveis e comparáveis (Bardin, 2008).

Ao organizarmos a informação em categorias, foram tidas em conta duas abordagens que não devem ser vistas como exclusivas, mas como complementares uma da outra: a abordagem indutiva e a abordagem dedutiva (Tesch, 1990, citado por Schilling, 2006). Neste estudo, a definição das categorias analíticas foi feita através de um modelo aberto, isto é, estas foram selecionadas no início da investigação, considerando as questões de investigação e a revisão bibliográfica, no entanto foram sendo modificadas ao longo da leitura das entrevistas, em função dos dados analisados e dos novos conhecimentos adquiridos (Laville & Dionne, 1999, citados por Silva, Gobbi

& Simão, 2005). Assim, ao organizarmos os textos em categorias, utilizamos a estratégia indutiva, onde o conteúdo manifesto e latente das entrevistas vão surgindo de forma a organizá-lo num conjunto de categorias, as quais são construídas ao longo da leitura dos textos (Schilling, 2006).

A análise de conteúdo categorial tem, por um lado, a sua função heurística que pretende, ao analisar um texto, explorar e descobrir novos aspetos ou fenómenos da mensagem. Por outro lado, tem uma função relacionada com a administração da prova, ou seja, o investigador tem em conta hipóteses que, sob a forma de questões ou afirmações provisórias, são diretrizes que apelam para uma confirmação ou infirmação (Bardin, 2008).

Ao longo da análise de dados, foi indispensável considerar que, apesar de ser importante respeitar algumas regras e etapas na análise de conteúdo, este método não deve ser exato e rígido. Este modelo de interpretação de dados oscila entre o rigor da objetividade e a riqueza da subjetividade. Assim, tem como objetivo primordial ultrapassar o senso comum da subjetividade e alcançar o rigor científico possível, fora da rigidez dos métodos quantitativos (Bardin, 2008).

Desta forma, neste estudo reconhecemos o aspeto dinâmico e flexível do processo de análise de dados de natureza qualitativa, estando à espera de situações inesperadas e possíveis alterações no processo de recolha e análise de dados, no entanto, foi definido um plano detalhado de análise de dados que tem como objetivo assegurar a transparência da investigação, garantir um processo sistematizado e certificar o máximo de coerência possível neste tipo de metodologia (Schilling, 2006; & Creswell, 2007). Assim, o plano de análise de conteúdo qualitativo adotado nesta investigação vai ao encontro das propostas de Schilling (2006), Creswell (2007) e Bardin (2008).

Tratamento dos dados e processo de categorização.

Após o contacto com os participantes e a realização das entrevistas, estas foram transcritas integralmente para que fosse possível captar todas as expressões e significados atribuídos durante as mesmas, e codificadas, de forma a manter o anonimato dos participantes (Schilling, 2006). Para Laille e Dionne (1999, citados por Silva, Gobbi & Simão, 2005), é importante que os dados brutos sejam preparados de forma a que se tornem utilizáveis na construção de conhecimento.

Através das questões de investigação, do referencial teórico relativo aos conceitos e fatores associados às perspetivas de futuro da população reclusa e do conhecimento que foi sendo construído a partir dos textos preliminares das entrevistas, foi elaborada uma tabela inicial (presente em Anexo I), de forma a facilitar a análise dos dados e iniciar o processo analítico (Schilling, 2006). Nesta fase, iniciámos o processo de construção da análise indutiva, referente à organização da informação dos textos das entrevistas, através da criação dos critérios de seleção, de forma a organizar as categorias (Schilling, 2006).

Esta tabela inicial pretende abarcar as dimensões mais relevantes para a compreensão das perspetivas de futuro dos reclusos, abordadas na literatura, bem como ter uma flexibilidade que possibilite tirar o máximo de informação relevante de cada entrevista, podendo ou não acrescentar conhecimento e informação às dimensões teóricas (Creswell, 2007; & Schilling, 2006). Foram, desta forma, identificadas quatro categorias principais, de forma a organizar a informação, havendo um conjunto de subcategorias em cada uma: *acontecimentos antes da prisão, representações acerca da prisão, comportamentos e atividades dentro do estabelecimento prisional e perspetivas futuras para o momento da saída da prisão*. Assim, na primeira categoria (*acontecimentos antes da prisão*) estariam incluídas subcategorias como: a vida fora da

prisão, o crime, a detenção e a pena. Na segunda categoria (*representações acerca da prisão*), as subcategorias incluiriam os sentimentos perante a detenção, situação de reclusão e opiniões sobre o estabelecimento prisional. Já a terceira categoria (*comportamentos e atividades dentro do estabelecimento prisional*) abarcaria subcategorias como: o percurso prisional, os comportamentos no EP e as ocupações dentro do EP. Finalmente, na quarta categoria (*perspetivas futuras para o momento da saída da prisão*) estariam abrangidas subcategorias como: o momento da saída e as perspetivas de futuro, repartidas em perspetivas pessoais, familiares, profissionais e sociais.

Após as transcrições integrais de todas as entrevistas, foi feita uma leitura global dos textos, de forma a que houvesse um conhecimento mais aprofundado do conteúdo das entrevistas e para que permitisse uma visão geral dos dados recolhidos (Creswell, 2007; & Schilling, 2006). Nesta fase é discutido e definido o protocolo de codificação, para que se possa dar início ao processo de análise de dados.

A primeira leitura global dos textos foi muito importante para o estudo, na medida em que a grelha de análise, construída anteriormente, foi questionada, havendo necessidade de reformulação das categorias e respetivos níveis de codificação. Assim, houve uma reorganização nas categorias *acontecimentos antes da prisão*, *representações acerca da reclusão* e *perspetivas de futuro para o momento da saída*. Nos *acontecimentos antes da prisão* foi questionado o facto de haver uma excessiva divisão quanto ao crime, pelo que foram eliminadas as subcategorias: detenção e pena, ficando apenas: a vida fora da prisão e crime. Já nas *representações acerca da reclusão* sentimos necessidade de acrescentar uma subcategoria relativa ao apoio familiar, onde evidenciasse a importância deste apoio para o recluso, algo que não tínhamos tido em conta até à leitura dos textos das entrevistas. Finalmente, nas *perspetivas de futuro para*

o momento da saída, sentimos a necessidade de incluir uma subcategoria referente ao rótulo social que os reclusos poderiam vir a enfrentar, visto que o rótulo social estava visivelmente patente numa das perguntas do guião da entrevista. Para facilitar a visualização das categorias e respetivas codificações, estas estarão presentes no Anexo II, de forma a entender as diferenças em cada uma delas (Schilling, 2006).

Visto que a análise de conteúdo foca-se na decomposição do discurso, de forma a criar uma categorização dos fenómenos para a reconstrução de significados que permitam compreender de uma forma mais aprofundada a interpretação da realidade dos indivíduos estudados (Silva, Gobbi & Simão, 2005), uma das etapas da análise de conteúdo passa pelo recorte dos dados recolhidos, para que estes alcancem o sentido profundo do conteúdo ou as ideias essenciais. Estes elementos decompostos irão constituir palavras, expressões, frases ou ideias referentes aos temas recortados e serão classificados de unidades de análise (Laville & Dionne, 1999, citados por Silva, Gobbi & Simão, 2005).

Uma unidade de análise significativa abarca um segmento de texto que é compreensível e contém uma ideia, episódio ou uma parte da informação, podendo esta variar desde uma única palavra a várias frases, pelo que o investigador deve decidir qual a unidade de análise mais significativa de acordo com os objetivos do estudo e os conhecimentos que poderá vir a criar (Schilling, 2006).

Schilling (2006) identifica três tipos de unidades de análise: (1) a unidade de codificação, que consiste na parte mais pequena do texto a ser codificada; (2) a unidade de contexto, referente à parte maior do texto a ser codificada; e (3) a sequência de codificação do texto, podendo ser *cross-question*, ou seja, analisar a totalidade das respostas de cada entrevista separadamente, podendo estas respostas sobreporem-se ou

complementarem-se, ou *cross-interview*, onde são analisadas as respostas de todas as entrevistas, de forma a obter informação sobre as diferentes respostas a cada questão.

Assim, nesta investigação serão utilizadas como unidade de codificação, palavras e como unidade de contexto, frases completas, onde as unidades de análise consistirão em palavras, pequenas unidades de frase, expressões e frases completas, que nos permita compreender o conteúdo quando isoladas do texto principal. Além disso, será utilizada a estratégia *cross-interview*, visto que os tópicos abordados foram semelhantes em todas as entrevistas e o nosso objetivo é ter um conhecimento da globalidade e complexidade dos dados relativamente à existência de perspectivas de futuro da população reclusa.

Procedimentos de validade do constructo.

Visto que a metodologia qualitativa é um tipo de investigação caracterizada por um método flexível que leva, muitas vezes, o investigador a mudar as suas questões de investigação devido aos novos conhecimentos que podem surgir nos dados recolhidos, a análise de conteúdo torna-se um dos maiores desafios para o investigador qualitativo. No entanto, o processo de análise inicia-se já numa fase prévia da investigação, ou seja, a partir do momento em que este realiza as entrevistas e reúne os materiais acerca do contexto que está a estudar, pelo que a análise e interpretação dos dados recolhidos é caracterizada por um equilíbrio entre a perspectiva do investigador acerca do fenómeno e os dados que são cedidos pelos participantes através das entrevistas ou outras técnicas de recolha (Graneheim & Lundman, 2004).

Assim, torna-se essencial adotar várias medidas que garantam a validade e legitimidade dos dados, para que estes sejam rigorosos e representem a realidade que está a ser estudada. Com a necessidade de haver um determinado rigor científico na metodologia qualitativa, existem múltiplos critérios e técnicas utilizadas para justificar

os procedimentos e a validação dos dados, no entanto, a validade dos dados qualitativos é sempre relativa a objetivos e circunstâncias de investigação, pelo que esta não é vista em termos de um resultado (é válido ou não), mas refere-se a um determinado grau (mais validade ou menos validade) (Creswell, 2007; Bardin, 2008, Yin, 2009).

Nesta linha de pensamento, foram aplicados alguns procedimentos de forma a aumentar a validade e a legitimidade dos dados desta investigação. Foi feita a triangulação de dados, através da combinação do referencial teórico já existente acerca do tema para interpretar os dados recolhidos e através da análise e discussão dos dados e resultados com outros investigadores (a orientadora e coorientador da investigação) (Creswell, 2007).

Houve um envolvimento prolongado do investigador no contexto, ou seja, foi feito um esforço para compreender e conhecer melhor o contexto social estudado e as pessoas inseridas nesse contexto, de forma a entender melhor a natureza dos dados recolhidos (Öhman, 2005).

Por fim, foi feita uma descrição detalhada de todo o processo de investigação, desde as questões de investigação, à descrição e justificação da metodologia e do desenho da investigação, seleção dos participantes, procedimentos de recolha e análise de dados, reconhecendo sempre o carácter subjetivo deste tipo de metodologia (Bardin, 2008).

**Capítulo III - Resultados: Perspetiva Temporal de Futuro em Reclusos do
Estabelecimento Prisional do Funchal**

Resultados

Feita a codificação e categorização das entrevistas, segue-se a apresentação e a discussão dos resultados, através de uma reorganização da informação, de forma a facilitar a comparação entre dados e categorias (Maxwell, 1998, citado por Schilling, 2006). Deste modo, é de relembrar que esta investigação pretende conhecer, compreender e descrever a perspetiva temporal de futuro dos reclusos que estão no Estabelecimento Prisional do Funchal, através da descrição pessoal do percurso prisional e das projeções futuras, bem como aferir o valor emocional das perspetivas e com que domínio do indivíduo (pessoal, profissional, familiar, social) estão relacionadas.

Alguns dados serão apresentados através de frequências relativas à quantidade de vezes que foi referido um determinado tópico, não tendo como objetivo utilizá-las para estatísticas ou transformá-las em dados quantitativos. Este tipo de quantificação apenas pretende organizar a informação, apresentá-la de uma forma mais estruturada e visível e elaborar algumas comparações entre categorias (Schilling, 2006), relacionadas com o tipo de perspetivas de futuro existentes nos reclusos.

Em seguida serão apresentados e discutidos os resultados de acordo com as categorias criadas e com as unidades de análise retiradas das entrevistas.

Acontecimentos Antes da Prisão

Segundo a teoria de Hirschi, todo o ser humano tem uma tendência para o desvio da norma de forma a atingir os seus objetivos, tornando o indivíduo vulnerável a comportamentos desviantes (Cusson, 2002). No entanto, certos fatores poderão estar associados ao surgimento de atos ilícitos, tal como fatores relacionados com constrangimentos da sociedade, como a pobreza, discriminação racial, desemprego,

entre outros (Agnew, 1999; Bushway & Reuter, 2002; MacKenzie, 2006; & Niquice, 2013). Contudo, segundo os dados recolhidos, a maioria dos participantes tinha um trabalho fixo fora da prisão, sendo uma atividade que ocupava grande parte da sua vida.

“(...) eu era pedreiro. (...) trabalhava sempre no duro, até aos meus 20 e 21 anos.” (R3)

“A minha vida lá fora sempre foi produtiva. Sempre trabalhei nas obras aqui em Portugal (...)” (R7)

“Era trabalhando e foi sempre assim, eu saía de casa para o trabalho, era trabalho a casa. Tinha a vida mais ou menos organizada.” (R8)

“(...) era trabalho, casa, casa, trabalho. (...) trabalhava como mecânico (...)” (R9)

“Eu sempre trabalhei. Sempre trabalhei em obras, depois houve um tempo que a construção baixou, procurei a hotelaria, tirei um curso de cozinheiro, estive uns anos a trabalhar, depois fui outra vez trabalhar para a construção...até hoje.” (R12)

“A minha vida? Muito agitada, muito ocupado. Era guia intérprete, trabalhava imenso, adoro o que faço, viajava imenso (...) eu tinha uma agência de viagens (...) sempre foi a minha ambição ter uma agência própria e consegui (...)” (R14)

Contudo, outro fator que tende a impulsionar comportamentos ilícitos são as situações de lazer problemáticas e consumos de droga (Andrews & Bonta, 2003), fator muito patente nos reclusos, demonstrando que os consumos de droga estavam relacionados com o facto de se terem voltado para uma vida relacionada com o crime. A vulnerabilidade pessoal e social leva à adoção de estratégias de satisfação de necessidades básicas de sobrevivência através de comportamentos de risco, devido à

dificuldade recorrente de manter o controle e a integração do comportamento nestes contextos vulneráveis (Bronfenbrenner & Morris, 1998).

“(...) Não havia trabalho, nem de um lado nem do outro e surgiu dinheiro fácil derivado da droga (...)” (R1)

“A vida lá fora nas drogas, ninguém sabe, uma pessoa fez muitos erros.” (R2)

“Meti-me na droga, fiz uns roubos, vim preso a primeira vez, sete meses de prisão. Depois saí (...) continuei sempre assim, na droga” (R3)

“(...) era uma prisão lá fora. Era o acordar para consumir (...) aquele amor próprio de se cuidar, desapareceu. A seguir começa a desaparecer os sentimentos pelos amigos, a consideração pelos familiares, é como se a droga tapasse (...) só se vive para consumir e só se consome para sobreviver (...)” (R4)

“(...) o consumo já era um pouco elevado, entretanto no princípio comecei a vender umas drogas, mas por fim o vício já era grande e tive de roubar.” (R5)

“Eu estava sozinho, tinha um vício, consumia, tinha de pagar um quarto, tinha de pagar a comida, o carro e não tinha família, o trabalho também era difícil (...) tinha de fazer a vida.” (R6)

Assim, apesar de grande parte dos indivíduos ter um emprego antes de terem sido presos, a maioria destes estavam expostos a contextos caóticos, principalmente devido ao consumo de substâncias ilícitas, pelo que o desenvolvimento humano tende a ser afetado de uma forma negativa, levando a que estes cometam atos que estão fora da norma social (Bronfenbrenner & Evans, 2000).

Representações Acerca da Reclusão

Sendo a prisão um contexto *stressante*, em que o sujeito é privado da sua liberdade e onde a sua realidade é modificada de uma forma abrupta, esta leva à necessidade de uma adaptação do indivíduo, onde este tem de modificar os seus comportamentos e o seu funcionamento pessoal, ajustando-se, desta forma, à nova realidade intramuros (Cunha, 2008).

Ao entrarem no estabelecimento prisional, os reclusos participantes demonstram ter sentido um misto de emoções negativas, visto que, segundo Moreira (2008), a entrada na prisão é, por si só, um dos momentos mais críticos no processo de reclusão, sendo uma fase de emoções e cognições negativas pessoais e acerca do futuro. Este choque inicial de entrada num contexto completamente inflexível e com regras estruturadas leva a que seja um evento negativo na estruturação emocional do indivíduo (Gonçalves, 2008; & Picken, 2012).

“(...) senti uma revolta enorme (...) eu na minha cabeça não aguentava passar pelo mesmo” (R1)

“(...) senti aquela revolta, lá vou eu estragar a vida (...)” (R9)

“Estava revoltado, arrependido (...)” (R15)

“O meu mundo caiu.” (R14)

“(...) tive vergonha demais, senti-me muito envergonhado (...)” (R7)

“(...) não chorei por vergonha, nunca tinha estado aqui, é a primeira vez.” (R8)

“Difícil estarmos dentro, difícil (...)” (R2)

Esta população sofre de exclusão social devido às barreiras arquitetónicas que limitam a sua liberdade e os isolam, uma vez que não agiram de acordo com as normas sociais. Assim, o recluso tende a sentir uma falta de autonomia e uma privação de relações sociais, estando numa situação de grande isolamento (Tscharf, 2009).

“Claro que isto pesa muito a pessoa, aqui dentro, é sempre o mesmo regime (...)” (R12)

“É um corte na liberdade, é um corte em tudo praticamente. Um corte na rotina (...)” (R16)

“(...) é a perda da autonomia, querer resolver tudo e não conseguir nada (...)” (R14)

Porém, a carga emocional negativa começa a dissipar-se à medida que o tempo vai passando, visto que o recluso vai-se adaptando cada vez mais à instituição, vai estabelecendo novas rotinas na prisão e vai refletindo sobre as razões que o levou a ser preso (Moreira, 2009).

“(...) eu achei justo vir preso (...) porque ano nenhum de cadeia paga uma vida (...)” (R7)

“(...) não fiquei muito revoltado, porque também sei que andava a exagerar nos consumos e nos furtos, penso que tenha sido a coisa certa.” (R5)

“(...) a pessoa está aqui a cumprir o seu dever (...)” (R12)

“(...) estou a pagar a minha dívida à sociedade (...)” (R4)

Muitos dos reclusos demonstraram, também, que a prisão significou uma oportunidade de reflexão e de tentativa de mudança para uma vida mais organizada e responsável quando saíssem da prisão.

“Isto é um pouco irónico, mas eu ganhei a liberdade cá dentro. (...) o pensarmos com a nossa cabeça sem termos químicos lá dentro a nos dizer o que fazer (...)” (R4)

“(...) a pessoa já vai pensar melhor a fazer as coisas e não tentar andar no consumo.” (R5)

“(...) isto é uma lição de vida. Aos 34 anos, tive uma lição de vida.” (R9)

“Por uma parte é bom, assim livro-me da droga, faço tratamento, vou sair daqui com a cabeça levantada (...)” (R11)

“É um tempo de reflexão e de tentar mudar.” (R10)

“(...) comecei a refletir e a pensar na minha vida de outra maneira, comecei a encontrar aqueles erros que na altura não conseguia ver.” (R16)

“(...) é esta oportunidade que tenho de agarrar com unhas e dentes para não cair na mesma tentação (...)” (R1)

“(...) aprendi a ter juízo e a pensar nas coisas que fiz.” (R13)

Embora alguns reclusos tendem a ver a prisão como uma oportunidade, a realidade é que o mundo livre e o mundo prisional são completamente diferentes, na medida em que a rotina do recluso dentro do estabelecimento prisional é composta por regras, horários, espaços de convívio, espaços de isolamento, inúmeras interdições e vigilância constante, o que não se passa na sociedade em geral. Este facto leva a que haja uma grande discrepância e uma dificuldade crescente de adaptação do recluso numa futura reinserção no meio (Barreto, 2006).

Todavia, o apoio familiar durante a situação de reclusão, bem como a perceção de regresso a um contexto familiar seguro e unido é um dos fatores essenciais para um esforço cognitivo no sentido de mudanças de comportamento e afastamento da situação criminal (Visher & O’Connel, 2012). Este apoio fora da prisão leva a um futuro mais promissor em relação à reabilitação e reinserção social, onde a família deposita perspetivas de futuro positivas no recluso (Pinto & Hirdes, 2006). Assim, as visitas e os telefonemas para os reclusos por parte da família e pessoas mais próximas leva a um maior ajustamento do *self* ao contexto prisional, devido à continuidade de ligações de proximidade (Visher & O’Connel, 2012), algo visível nos indivíduos estudados.

“(...) tenho a minha família que me apoia muito, a qual eu amo muito (...) a minha família é espetacular (...)” (R1)

“(...) graças a Deus, tenho uma família que me ajuda muito e que me dão praticamente tudo (...)” (R6)

“(...) adoro a minha família...é o meu maior projeto de vida (...)” (R14)

“(...) o único apoio que eu tive foi a minha mãe (...) sempre me foi visitar e sempre me ajudou (...)” (R3)

Comportamento e Atividades Dentro do Estabelecimento Prisional

Apesar de os reclusos estarem isolados da sociedade e privados da liberdade, a pena é um tempo que tem de ser cumprido, mas ao mesmo tempo preenchido. Desta forma, as atividades, quer escolares, ocupacionais ou de lazer, são fundamentais para que o indivíduo consiga suportar a tensão psicológica que poderá estar sujeito neste contexto (Goffman, 2007).

“(...) o primeiro ano tive uma depressão, já no segundo ano de prisão é que eu inscrevi-me na escola, comecei a participar mais nas atividades e ajudou-me a melhorar (...)” (R4)

“(...) tento ocupar a minha cabeça. (...) nos tempos livres costumo ir à biblioteca ler um livro” (R2)

“(...) estive uns tempos aqui que andava meio apagado já da cabeça, mas depois comecei a ler e ajudou-me a ocupar o tempo (...)” (R12)

Muitos reclusos optam por obter o ensino regular, visto que o Ministério da Educação e o Ministério da Justiça têm um protocolo para proporcionar a educação aos reclusos permitindo que estes possam iniciar ou continuar os estudos que tinham fora da prisão (Gomes, 2008).

“(...) estou agora a tirar o 9º ano, aproveitando que uma pessoa está aqui dentro para tirar a escola (...)” (R2)

“(...) já fiz o 1º ciclo e no 2º ciclo eu era o melhor aluno na altura.” (R6)

“(...) vou continuar outra vez na escola, nos computadores (...)” (R3)

“Estou na escola e (...) num programa das eco-escolas que é sobre reciclagem (...)” (R4)

A ocupação laboral é também uma atividade existente no estabelecimento prisional, onde os reclusos são orientados para a produtividade, implementação da disciplina, obediência, formação de hábitos honestos e reforço da consciência de deveres morais, familiares e sociais (Gomes, 2008).

“(...) estou trabalhando na barbearia há quatro anos (...)” (R3)

“Sou faxina do posto 1 (...)” (R2)

“Sou barbeiro cá dentro já há 5 anos.” (R6)

“Estou a trabalhar no refeitório, já há mais de dois anos (...)” (R7)

No entanto, a ocupação laboral dentro do estabelecimento prisional não é uma pequena atividade de lazer, mas sim, uma área vista também como um dever, onde o recluso é responsabilizado pelo seu trabalho (Gomes, 2008) e quando este não cumpre as regras laborais ou gera problemas na sua ocupação, é responsabilizado e castigado pelos seus atos, como podemos ver neste testemunho:

“(...) eu estava a trabalhar, mas estou suspenso porque arranjei zaragata e agora não estou a fazer nada.” (R5)

O trabalho dentro do estabelecimento prisional pode, também, aumentar o positivismo do recluso quanto ao futuro fora da prisão, uma vez que poderá ser uma experiência significativa que dê oportunidades fora dos muros prisionais (Visher & O’Connel, 2012).

“Agora estou trabalhando na cozinha, isto na rua, a seguir pode ser uma vantagem (...)” (R10)

Desta forma, para Pinto e Hirdes (2006), a existência de um apoio familiar estruturado, o facto de o recluso ter uma ocupação laboral dentro da prisão ou participar na escola, aceitar a sua situação de reclusão e ter uma vontade própria de se inserir na sociedade de uma forma responsável, permitem a diminuição da probabilidade de reincidência no meio prisional e um conseqüente futuro mais promissor em termos de reabilitação e reinserção social.

Perspetivas de Futuro Para o Momento da Saída da Prisão

Quando o indivíduo entra na prisão, a sua noção de tempo muda, uma vez que este tende a percecionar o seu futuro como algo “suspenso” até ao momento da saída, o que leva a que a perspetiva temporal de futuro deste tipo de população esteja ligada à data do fim da reclusão (Trommsdorff & Lamm, 1980), sendo demonstrado através dos testemunhos de alguns reclusos.

“(...) neste momento estou sempre a pensar no futuro, o quê que vai ser, como é que vai ser quando eu sair (...)” (R16)

“(...) só lá fora, só sentindo mesmo a liberdade e voltando a ser eu a tomar conta de mim é que posso responder mais profundamente ao que vai acontecer no futuro.” (R4)

“Penso em chegar ao dia de sair e continuar a minha vida, continuar a fazer o que eu fazia antigamente e esquecer o problema que eu fiz.” (R8)

Por outro lado, os reclusos tendem a antecipar problemas que poderão advir no futuro devido à situação de reclusão, o que os leva a pensar de forma realista acerca da

sua vida fora da prisão, agindo no presente consoante o futuro extramuros

(Trommsdorff & Lamm, 1980).

“Todo os dias pensamos, quando é que eu saio daqui, o quê que eu vou fazer na rua com esta crise (...) já não sou um jovem de 18, já tenho mais maturidade, tenho mais capacidades de chegar à rua e dizer chega, isto não é para mim.”

(R1)

“Uma pessoa sai daqui já vai evitar muita coisa e isso são coisas que antes não pensava (...)” (R3)

A perspetiva temporal de futuro é, maioritariamente, formulada e reformulada através de pequenas experiências e situações que acontecem ao longo da vida do indivíduo, pelo que um recluso que está privado da sua liberdade não tem a oportunidade de construir planos futuros através deste processo de tentativa e erro. Desta forma, é comum haver um desenvolvimento de perspetivas futuras através do imaginário, sem fundamentos de situações sociais quotidianas (Tavares & Menandro, 2008). No entanto, alguns reclusos não têm a capacidade de projetar planos futuros apenas através do imaginário, visto que é notório que não demonstraram qualquer perspetiva de futuro, focando-se no facto de estarem privados da liberdade e não poderem prever o que irá acontecer.

“Posso prometer e chegar à rua e não fazer nada. Eu prefiro não prometer, prefiro sair, pôr os pés assentes na terra e ver o quê que há à minha volta.”

(R1)

“(...) não sei, só lá fora eu e Deus é que sabe.” (R10)

“Não tenho perspetivas por agora (...) pelo menos por agora (...)” (R11)

“(...) aqui dentro não dá para pensar muito no futuro. Temos de pensar no presente (...)” (R16)

Além disso, as perspectivas de futuro durante a reclusão vão sofrendo mudanças consoante os acontecimentos dentro da prisão, o tempo de pena e a idade do recluso (Trommsdorff & Lamm, 1980; & Marques, 2013). Assim, quanto maior for a pena, a PTF tende a ser menos extensa (Marques, 2013), pelo que os reclusos que tinham uma pena superior a quinze anos, demonstraram estarem focados em cumprir a pena, não pensando em qualquer futuro próximo.

“(...) eu não posso fazer planos no futuro, por enquanto, porque é uma pena muito grande ainda para cumprir (...) A única coisa que eu tenho de me mentalizar é cumprir a minha pena.” (R7)

“Agora não estou a pensar no futuro, são muitos anos ainda (...)” (R15)

“(...) a minha pena ainda é longa e eu tenho de pensar dia-a-dia. Eu não gosto de fazer muitos planos (...)” (R16)

Apesar da situação adversa em que estão inseridos, devido à privação da liberdade, os reclusos tendem a apresentar expectativas futuras positivas, ou seja, aspirações em relação à procura de trabalho, à proximidade das relações sociais mais importantes, à compensação da educação e à participação na vivência de descendentes (Silva, 2012). Estas aspirações são, normalmente, influenciadas pelo acontecimento marcante que é a situação de reclusão, o que tende a levar a uma mudança nas decisões, nas ambições e na vida que tinham antes da prisão e um conseqüente desenvolvimento de novos projetos futuros (Silva, 2012)

Desta forma, os indivíduos entrevistados para esta investigação demonstraram ter várias perspectivas temporais de futuro, relacionadas, essencialmente com o momento da saída e com diferentes áreas da vida do indivíduo, nomeadamente, perspectivas pessoais, profissionais, familiares e sociais.

Perspetivas de futuro na dimensão pessoal.

Relativamente às perspetiva de futuro pessoais, podemos encontrar 9 unidades de análise que se enquadram nesta subcategoria. As perspetivas de futuro pessoais dizem respeito a ações, pensamentos, comportamentos e necessidades individuais.

É notória a ambição de terminar com a vida criminal e não voltar ao contexto prisional:

“(...) pretendo não entrar mais neste portão (...)” (R1)

“(...) quero continuar limpo, sem problemas com a justiça, evitar problemas, brigas, evitar mesmo tudo.” (R3)

Há, também uma necessidade de ser visto de uma forma positiva, quer pela família, quer pelo próprio indivíduo, seja a nível pessoal ou material:

“(...) pretendo sentir orgulho em mim próprio e ao mesmo tempo, a minha família dizer que agora tem orgulho no filho e no que ele é (...)” (R1)

“(...) quero ter alguma coisa na vida, as minhas próprias coisas, não depender de ninguém (...)” (R1)

No entanto, a vontade de emigrar é bem patente, na medida em que estes indivíduos acreditam que não terão oportunidades de futuro em Portugal:

“(...) queria emigrar, daí veremos o que sairá.” (R5)

“(...) quero vender o carro e ir-me embora de Portugal.” (R9)

“Primeira coisa que quero fazer? Sair da Madeira, não tenho oportunidades aqui.” (R10)

Perspetivas de futuro na dimensão profissional.

Já no campo profissional, estas perspetivas de futuro dizem respeito aos desejos, aspirações e algumas oportunidades concretas que possam haver relativas a um trabalho remunerado ou formação profissional. Foram encontradas 18 unidades de sentido, onde

a maior parte dos indivíduos têm consciência que terão de passar pelo processo de procura de emprego, embora estejam positivos em relação a esse processo:

“Procurar trabalho, tentar levar uma vida honesta, até porque, já chega (...) o meu objetivo é sair daqui e procurar trabalho” (R1)

“Procurar um trabalho fixo (...) que a gente possa contar com aquele dinheirinho todos os meses.” (R2)

“A primeira coisa que eu faria era procurar um trabalho, recuperar o tempo perdido.” (R7)

“(...) vou tentar procurar trabalho dentro das minhas áreas, que é construção civil ou se aparecesse aí hotelarias e isso ou ia para a colha da fruta.” (R10)

“(...) eu tenho esperança de procurar e arranjar trabalho, sempre na minha profissão, que é servente de pedreiro.” (R8)

“(...) quero começar a trabalhar. (...) seja na minha área ou noutra área qualquer.” (R16)

Por outro lado, outros indivíduos afirmam ter já oportunidades de trabalho concretas para o momento da saída:

“(...) ao tirar o 9º ano, tenho uma perspetiva de trabalho (...)” (R1)

“Já tenho trabalho para quando sair, vou continuar na pesca.” (R2)

“(...) já tenho o meu trabalho lá em Inglaterra, o meu irmão já me arranjou trabalho.” (R9)

“(...) estou aqui a pensar que como tenho duas propostas, talvez vá para Londres.” (R11)

“Espero que me consigam arranjar trabalho, se não for cá, é na Inglaterra (...)” (R13)

“(...) sou guia intérprete, mas sou muito bom no que faço, então, eu tenho três ou quatro operadores que de certeza absoluta querem que trabalhe (...)” (R14)

Outros aspiram trabalhar por conta própria e abrir o seu próprio estabelecimento comercial:

“(...) quero ver se abro uma barbeariazinha para sustento para a minha filha (...)” (R3)

“(...) quero abrir uma empresa de reconstrução de casas antigas. (...) penso que posso contar com o apoio da família (...)” (R4)

“(...) vou abrir um salão, uma barbearia, não é preciso muito dinheiro, desde que eu tenha cabecinha para isso.” (R6)

“(...) posso trabalhar em casa, posso fazer traduções, enfim, na Internet, como sabe, pode-se trabalhar de tantas formas, legalmente!” (R14)

“(...) tenho também alguns investimentos que poderão agora florescer, no Porto Santo (...) ligado à hotelaria (...)” (R14)

Além disso, um dos sujeitos mostrou interesse em continuar a estudar fora da prisão:

“(...) quero tirar mais estudos, que eu gosto dos estudos.” (R2)

Perspetivas de futuro na dimensão familiar.

Na perspetiva temporal de futuro relacionada com a área familiar, foram encontradas 16 unidades de sentido. Estas perspetivas dizem respeito à reconciliação, mudança e compensação dos laços familiares já existentes, bem como à constituição de uma nova família (casar e ter filhos).

Assim, alguns dos participantes manifestam uma vontade de retomar ou melhorar os laços familiares que existiam antes da entrada no estabelecimento prisional:

“(...) vou dar um grande abraço à minha família quando sair. (...) Vou pedir perdão, desculpa por todo o mal que fiz (...)” (R1)

“Vou pensar no meu filho quando sair (...) quero estar ao lado dele e ajudá-lo no que precisar (...)” (R2)

“Vou ajudar a minha família, pelo menos a minha mãe e a minha filha (...)” (R3)

“(...) quero dar um futuro melhor à minha filha.” (R11)

“Preciso de ver as minhas filhas.” (R13)

No entanto, a maioria dos reclusos que se referiram à perspectiva temporal de futuro ligada às questões familiares, demonstraram uma necessidade de ter uma parceira e a partir daí, constituir família:

“Tenho a perspectiva de ter a minha própria família.” (R1)

“(...) estou com intenções de arranjar uma mulher para fazer a minha vida que eu ainda sou novo (...)” (R3)

“Quero constituir família. Gostava de ter um casal de filhos (...)” (R4)

“(...) quero construir uma família e ter filhos, um caszinho.” (R5)

“(...) quero arranjar uma vida, uma companheira, casar-me. (...) gostava de ter um filho, é um grande objetivo.” (R6)

“(...) quero fazer uma família, porque a minha família está toda espalhada pelo Brasil (...)” (R7)

“(...) quero ser pai a partir dos 40 anos, casar e ter filhos (...)” (R9)

“Quero constituir a minha própria família e ter filhos (...)” (R10)

“(...) vou construir uma relação baseada naquilo que eu aprendi com o meu erro, arranjar uma família, casar e ainda vou ver se consigo ter filhos (...)”

(R16)

Perspetivas de futuro na dimensão social.

A criação de rótulos tende a inferiorizar e a subjugar um determinado grupo de pessoas, pelo que pode provocar um problema de identidade social ilusório (Barreto, 2006). O facto de estes indivíduos terem cometido um crime, leva a que estes venham a sofrer um possível rótulo social de “ex-recluso”, sendo algo que a maioria dos participantes nesta investigação demonstrou estar consciente de que poderão vir a ser vítimas desse rótulo quando saírem da prisão:

“(...) vão dizer, aquele é drogado, é isto e aquilo. Nós perdemos o nosso respeito (...)” (R2)

“(...) muitos vão falar e vão dizer “ah, aquele matou e já está cá fora” (...)” (R3)

“(...) em princípio acho que não vou ser bem recebido. (...) Acho que todos nós, reclusos, vamos estar para sempre carimbados (...)” (R4)

“Uma pessoa quando sai da cadeia, as pessoas dizem “ah, aquele vem da cadeia”, este tipo de comentários.” (R5)

“(...) muitas empresas hoje em dia, se uma pessoa já esteve preso por qualquer tipo de coisa, já não dá trabalho àquela pessoa, não é? (...) aquela pessoa que já foi preso tem sempre aquela discriminação (...)” (R7)

“(...) as pessoas vão estar sempre com olhar desconfiado, claro.” (R14)

Assim, uma das áreas onde foi patente alguma perspetiva temporal de futuro, foi na área social, a qual corresponde à necessidade e intenção do recluso de se redimir e reconciliar com a sociedade através de um novo estilo de vida, mais responsável e ativo, bem como obter o perdão das famílias das vítimas dos crimes cometidos. Foram, desta forma, encontradas unidades de sentido referentes a este tópico:

“(...) vou tentar que a sociedade me aceite de volta, noutra olhar e noutra expectativa (...)” (R1)

“Tenho de mostrar à sociedade que eu não sou aquela pessoa que eles esperam que eu seja, quero mostrar que sou melhor (...)” (R2)

“(...) o meu papel agora é o de falar com toda gente e olhá-los nos olhos e pedir desculpa a quem tiver que pedir desculpa pelo crime que cometi (...)” (R14)

“(...) quero ver se peço perdão à família dela, pelo menos aos filhos, porque eu não tinha intenção que acontecesse aquilo (...)” (R3)

Por outro lado, alguns reclusos manifestaram a sua indiferença em relação ao rótulo que poderão vir a sofrer, visto que já estavam a ser punidos pela sociedade devido ao crime que cometeram:

“(...) eu não tenho problemas com a sociedade, porque a população tem uma ideia minha, que fui construindo e que construí ao longo destes anos e ela sabe que aquilo na altura foi uma coisa que aconteceu (...)” (R16)

“Eu vou estar na minha, eles na deles e eu sou assim. Acho que ninguém me conhece.” (R10)

“Não cometi nenhum crime grave para ser rejeito pela sociedade e já estou pagando pelo meu crime.” (R9)

“(...) penso que ninguém tem nada a me apontar. Posso dizer que cá vou andar à vontade, porque não tenho nada a temer (...)” (R12)

Outras perspetivas de futuro.

Sendo a toxicodependência uma realidade muito presente no estabelecimento prisional, já que a maioria dos reclusos estão em situação de reclusão devido a crimes relacionados com esta realidade, foi visível nos discursos dos participantes a vontade e

necessidade de haver uma paragem definitiva nos consumos, de forma a poderem ter uma mudança positiva na vida fora da prisão:

“(...) quando eu sair, a droga é uma coisa que eu nunca mais vou usar na minha vida (...)” (R3)

“O meu único objetivo é esquecer o consumo.” (R5)

“(...) não quero me envolver mais com drogas e se eu me mantiver como tenho estado, sem drogas, penso que vou ter algum sucesso lá fora.” (R4)

“Pretendo deixar as drogas, não me fazem falta nenhuma (...)” (R10)

Discussão

O futuro é uma dimensão temporal importante na dinamização do comportamento presente (Janeiro, 2012). A PTF não se trata apenas de uma fantasia quanto ao futuro, mas uma forma de valorização das metas importantes ao longo do tempo e da perceção de que os comportamentos no presente terão consequências nos objetivos e desejos futuros (Locatelli et al, 2007).

Foi observável na maioria dos reclusos do Estabelecimento Prisional do Funchal perspectivas temporais de futuro relacionadas apenas com o momento da saída da prisão, antecipando problemas que poderão advir da situação de reclusão e tendo consciência de que terão de começar de novo, reintegrar-se na sociedade e atingir a aceitação social, bem como o sucesso pessoal, familiar e profissional. Assim, o tempo da pena é percecionado como “suspense” até ao momento da saída (Trommsdorff & Lamm, 1980).

Já aqueles reclusos que ainda tinham muito tempo de pena para cumprir, foi perceptível que a PTF era curta, na medida em que não tinham qualquer objetivo futuro para além de cumprir a pena, ou seja, não havia qualquer sinal de antecipação de

objetivos futuros para a saída da prisão, onde os comportamentos presentes eram percebidos com um baixo valor de utilidade para o futuro (Costa, 2009). Desta forma, indivíduos que têm uma PTF mais curta tendem a perceber apenas o futuro mais próximo como parte do mundo temporal em que vivem (Costa, 2009).

O facto de um recluso estar numa situação de privação da liberdade, em que a sua vida foi interrompida pela condenação, não permite que este vá formulando e reformulando os seus projetos e desejos futuros através de pequenas experiências que vão acontecendo ao longo do tempo. Assim, estes apenas têm a oportunidade de desenvolver objetivos e perspectivas temporais de futuro através do imaginário (Tavares & Menandro, 2008). É visível que grande parte da PTF dos indivíduos carece de um plano instrumental para a atingir, pelo que o “grau de realidade” referido por Nuttin & Lens (1985) como conceito importante para a conceptualização da organização subjetiva do tempo futuro que influencia motivacionalmente o comportamento, está ausente, levando à organização subjetiva do futuro através de uma estrutura cognitiva de previsão do futuro.

Por outro lado, a maior parte das perspectivas temporais de futuro dos reclusos participantes são planos e projetos positivos que demonstram uma intenção de sucesso pessoal, familiar, profissional e social. Assim, o otimismo relativamente ao futuro tende a mobilizar a implementação dos planos de ação futuros (Savickas, 1990), ou seja, este conceito facilita o processo de transpor as intenções para um plano executivo e influencia a avaliação dos objetivos futuros quanto à probabilidade subjetiva de sucesso. Na verdade, vários estudos demonstraram que os reclusos mais esperançosos e otimistas quanto ao futuro, bem como aqueles que tinham uma noção de controlo sobre o futuro e fortes crenças no seu valor pessoal, foram os indivíduos que tiveram uma taxa de

reincidência menor, deixando o crime definitivamente (Maruna, 2001; & Burnett & Maruna, 2004).

Este otimismo decorrente de um sentimento de confiança quanto ao alcance de projetos futuros (Janeiro, 2012), conjugado com a motivação de um futuro melhor e uma mudança de vida, poderá estar relacionado com o desencantamento pelo crime, devido à situação de reclusão em que se encontram, onde passam por uma panóplia de dificuldades físicas e psicológicas e possuem de tempo suficiente para fazerem uma retrospectiva da vida que tinham fora da prisão (Visher & O'Connel, 2012). Além disso, os serviços de reinserção social dentro do estabelecimento prisional oferecem um grande número de atividades escolares, profissionais e de lazer na perspectiva de haver uma reinserção social positiva no momento da saída, o que permite um aumento da esperança e otimismo de uma vida melhor e leva a que os indivíduos tenham mais facilidade em analisar e lidar com todas as oportunidades ou desilusões que poderão surgir após a saída da prisão (LeBel et al., 2008).

Desta forma, os indivíduos mostraram uma necessidade de ter papéis pro-sociais relacionados com a efetivação de projetos pessoais, reintegração no contexto escolar, entrada num emprego estável e financeiramente produtivo, restabelecimento de vínculos familiares, construção de família, retorno e reconciliação com a sociedade, bem como o abandono de comportamentos aditivos relacionados com a droga. No entanto, o desejo pela procura e integração num emprego estável foi a perspectiva que teve mais ênfase entre os reclusos.

A sociedade ocidental, desde muito cedo, deu uma elevada importância ao trabalho, sendo que o trabalhador tem um lugar de destaque entre os papéis sociais representativos do eu (pai/mãe, filho/filha, estudante, reformado, entre outros) (Jacques, 1996). Desta forma, este tipo de população, ao ter um emprego, permite-lhes ter um

papel ativo na sociedade, fornecendo-lhes também meios económicos para sobreviverem fora da esfera criminal. Além disso, a inserção no mundo do trabalho faz parte do processo de desenvolvimento do sujeito, pelo que o ingresso no meio laboral confere valorização moral e pessoal do facto de ser trabalhador, permitindo a aquisição de diversas competências importantes para um cidadão responsável e ativo, como seriedade, obediência, disciplina e trabalho em equipa (Jacques, 1996). O trabalho remunerado representa uma grande influência relativamente à motivação, satisfação pessoal e produtividade nos diversos aspetos da vida individual (Morin, 2001).

Conclusão

Esta investigação teve como objetivo compreender e analisar a perspectiva temporal de futuro dos reclusos no Estabelecimento Prisional do Funchal através de um estudo exploratório, descritivo e transversal, para que este conceito fosse analisado aprofundadamente e para que a investigação estivesse aberta a novos conhecimentos e descobertas, devido à sua flexibilidade.

É de salientar que a generalização dos resultados para outras populações não é o nosso objetivo, pelo que pretendemos produzir proposições teóricas que sejam possíveis de aplicar a outros contextos semelhantes, aumentar o conhecimento quanto a esta população de forma a melhorar a intervenção ao nível da reinserção social dos reclusos, bem como aguçar a curiosidade de outros investigadores para a importância de novas investigações com este tipo de população, uma vez que deveria ser do interesse da sociedade fornecer o maior número de ferramentas possíveis para que os reclusos possam adquirir competências pessoais indispensáveis para o abandono da esfera criminal e, conseqüentemente, possibilitar a diminuição do crime na sociedade contemporânea.

Os estabelecimentos prisionais sempre tiveram o objetivo de punir o indivíduo por um crime cometido, no entanto, este propósito foi evoluindo ao longo dos tempos, em paralelo com a evolução da sociedade, uma vez que esta, cada vez mais mostra uma preocupação com o bem-estar dos seus cidadãos. Já as prisões também têm tido uma preocupação crescente com o bem-estar dos reclusos e com a melhoria da reeducação e reinserção social dos mesmos. Esta perspectiva de ajuda e apoio para um futuro fora do crime mudou completamente as dinâmicas das prisões, desde a sua arquitetura ao tratamento prestado aos reclusos, com algumas mudanças nos objetivos essenciais destas instituições.

Embora a reclusão seja uma situação extrema e de grande *stress*, em que o indivíduo perde a sua identidade, sendo obrigado a reajustar-se abruptamente ao novo contexto e aos desafios a que está sujeito, visto que “o ser humano não foi concebido para viver num espaço reduzido e privado do exercício normal das suas funções” (Gonçalves, 2008, p. 191), grande parte dos indivíduos neste estudo percecionou esta situação como algo positivo nas suas vidas, sendo uma oportunidade de reflexão e mudança para um estilo de vida fora do crime.

Desta forma, mesmo não havendo um plano instrumental para concretizar os objetivos futuros, os reclusos apresentaram vários projetos relacionados com diferentes domínios da vida, nomeadamente, perspetivas pessoais, profissionais, familiares, de reconciliação com a sociedade e, ainda, o abandono de situações aditivas relacionadas com a droga. Os projetos e desejos demonstraram que estes tinham uma PTF com valência emocional positiva, sendo esta, na sua maioria, direcionada para o momento da saída da prisão.

Porém, a transição da situação de reclusão para a entrada na sociedade é mais um obstáculo que estes indivíduos terão de ultrapassar. Uma vez que a realidade intramuros é diferente do contexto social, onde não haverá regras, horários fixos, interdições ou vigilância constante, a transição para a reentrada na sociedade não deve ser vista como uma simples saída da prisão, mas como um processo complexo, envolvendo vários fatores pessoais, materiais, contextuais e sociais.

Apesar de alguns autores terem afirmado que uma atitude otimista e positiva, uma noção de controlo sobre o futuro e fortes crenças acerca do valor pessoal levam a que os reclusos tendam a deixar o crime de uma forma definitiva (Maruna, 2001; & Burnett & Maruna, 2004), é fundamental haver um acompanhamento destes sujeitos após a saída da prisão, uma vez que estiveram numa situação de vulnerabilidade física e

psicológica e terão de enfrentar grandes desafios ao tentarem restabelecer laços e processos sociais afetados pela reclusão. Alguns reclusos evidenciam o facto de poderem vir a ser rotulados pela sociedade como ex-reclusos, o que lhes tirará grande parte das oportunidades de emprego e de restabelecimento de laços sociais, pelo que os serviços de reinserção social deveriam trabalhar no sentido de desenvolver ações estruturadas para ajudá-los na materialização dos projetos pessoais futuros.

Por outro lado, visto que a noção de controlo sobre o futuro e a atitude otimista quanto à reintegração na sociedade é fundamental para a prevenção da reincidência criminal, a perspetiva temporal de futuro mostra-se essencial na prevenção, deteção e tratamento de situações que possam pôr em causa o desenvolvimento normal do sujeito, pelo que seria um passo importante para a reinserção social haver programas de intervenção orientados para um aprofundamento da perspetiva temporal de futuro, através da mudança de crenças negativas quanto ao futuro e quanto à inutilidade do presente, exaltando a importância de um plano instrumental e positivo para o futuro. Este tipo de programa de intervenção poderá ser útil na medida em que incute aos reclusos um presente harmonioso e produtivo que conduzirá a um futuro positivo.

Além disso, foi patente a importância que os indivíduos deram ao facto de arranjarem um trabalho logo que saíssem da situação de reclusão, o que lhes permitirá um papel ativo na sociedade, bem como meios económicos suficientes para viverem. Desta forma, seria importante, para além das ações estruturadas já referidas após a saída da prisão, programas de intervenção que permitissem trabalhar o percurso profissional num sentido de desenvolvimento pessoal de carreira ao longo da vida, na medida em que, com a conjuntura económica atual, é cada vez mais importante uma educação permanente, uma constante adaptabilidade e organização de carreira e esforços crescentes e constantes para a construção do percurso profissional (Savickas, 1997,

citado por Lassance, 2005). Este tipo de intervenção irá permitir uma maior motivação para a procura de trabalho, estratégias de *coping* para as dificuldades encontradas neste processo de procura e um aumento da satisfação pessoal através de uma auto-orientação vocacional, onde o indivíduo tem um papel ativo na recolha e tratamento da informação sobre si (desejos, aspirações, competências, entre outras) e o mundo do trabalho.

Porém, ao refletir acerca dos resultados deste estudo, é necessário ter em conta que há uma grande probabilidade de os reclusos, durante a entrevista, terem tido um desejo de apresentarem uma imagem socialmente convencional, mostrando uma necessidade de ter uma imagem positiva perante o investigador (que era estagiário na instituição no momento da recolha de dados) e perante toda a sociedade que fosse ter acesso a esta investigação.

Reconhecemos, no entanto, que a investigação qualitativa contém, ainda, alguns conceitos e métodos indefinidos, levando a alguma dificuldade nos procedimentos a escolher durante a condução deste estudo. Porém, aceitando o facto de este trabalho ser de natureza compreensiva e descritiva, não podendo ser generalizável à população em geral, adotámos a opção metodológica que nos pareceu mais adequada para os objetivos desta investigação.

Assim, este estudo permitiu uma compreensão mais abrangente quanto à perspetiva temporal de futuro dos reclusos, devido à utilização de uma abordagem compreensiva, descritiva e interpretativa, já que a metodologia qualitativa permite uma visão holística acerca de fenómenos, comportamentos, significados e experiências através da análise profunda de todos os processos e relações, estimulando novas descobertas devido à flexibilidade de planeamento (Ventura, 2007).

Foi possível depreender a importância da PTF para a reeducação e reinserção social dos reclusos, visto que estes demonstram ter já alguns projetos futuros positivos e

fora do mundo criminal, o que nos leva a crer na importância do trabalho reeducativo relacionado com este fenómeno, melhorando, a intervenção a nível da reinserção social positiva e responsável.

Torna-se fundamental prosseguir com a investigação acerca da PTF nesta área, na medida em que ainda há pouco conhecimento do constructo no contexto de reclusão, havendo uma necessidade de compreender uma possível variabilidade da PTF de acordo com o tipo de crime, o tempo de pena, o facto de frequentar o ensino, ter uma ocupação laboral durante a reclusão, ser um recluso sem qualquer atividade dentro da prisão, entre outras variáveis que poderão ser essenciais para uma compreensão holística da PTF em situação de reclusão, sempre na perspectiva de melhorar e facilitar a reinserção social dos reclusos e diminuir a taxa de reincidência criminal.

Referências

- Aboussalam, N. M. (2005). *The moderator effect of future time perspective in the relationship between self-efficacy and risky sexual behaviour* (Dissertação de Mestrado Não Publicada). Universidade The Free State, África do Sul.
- Aday, R. H. (2006). Aging prisoners. In B. Berkman (Ed.), *Handbook of social work in health and aging* (pp. 231-244). Nova Iorque: Oxford University Press.
- Afonso, L. (2012). *Adaptação à prisão: estudo das relações entre os processos de coping, “marcadores” de bem-estar e ajustamento psicológico* (Dissertação de Mestrado Não Publicada). Universidade do Minho, Portugal.
- Agnew, R. (1999). A general strain theory of community differences in crime rates. *Journal of Research in Crime and Delinquency*, 36, 123-155.
- Almeida, L. S., & Freire, T. (2008). *Metodologia da investigação em Psicologia da Educação*. Braga: Psiquilíbrios Edições.
- Alves-Mazzotti, A. (2006). Usos e abusos dos estudos de caso. *Cadernos de Pesquisa*, 36(129), 637-651.
- Andrews, D. A., & Bonta, J. (2003). *The psychology of criminal conduct*. Cincinnati: Anderson.
- Andrews, D. A., & Dowden, C. (2006). Risk principle of case classification in correctional treatment: a meta-analytic investigation. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 50, 88-100.
- Austin, J., Hardyman, P., & Irwin, J. (2002). Exploring the needs and risks of returning prison population. In *Conference Report*. Washington D.C.: Urban Institute NCJ 207445. Retirado de http://www.washingtonpost.com/wp-srv/politics/transcripts/bushtext_012004.html
- Bardin, L. (2008). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.

- Barreto, M. L. (2006). Depois das grades: Um reflexo da cultura prisional em indivíduos libertos. *Psicologia, Ciência e Profissão*, 26(4), 582-593.
- Belei, R., Gimenez-Paschoal, S. R., Nascimento, E., & Matsumoto, P. (2008). O uso de entrevista, observação e vídeo-gravação em pesquisa qualitativa. *Cadernos de Educação*, 30, 187-199.
- Black, W., & Gregson, R. (1973). Time perspective, purpose in life, extraversion and neuroticism in New Zealand prisoners. *British Journal of Social and Clinical Psychology*, 12, 50-60.
- Boni, V., & Quaresma, S. (2005). Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. *Revista Eletrônica dos Pós-Graduados em Sociologia Política da UFSC*, 2(3), 68-80.
- Boyd, J. N., & Zimbardo, P. (2005). Time perspective, health and risk taking. In A. Strathman e J. Joireman (Eds.), *Understanding behavior in the context of time. Theory, research and application*. New Jersey: Lawrence Erlbaum.
- Bronfenbrenner, U., & Evans, G. W. (2000). Developmental science in the 21st century: emerging questions, theoretical models, research designs and empirical findings. *Social Development*, 9(1), 115-125.
- Bronfenbrenner, U., & Morris, P. (1998). The ecology of developmental processes. In W. Damon (Ed.), *Handbook of child psychology – theoretical models of human development*. Nova Iorque: John Wiley & Sons.
- Burnett, R., & Maruna, S. (2004). So “prison works”, does it?: the criminal careers of 130 men released from prison. *The Howard Journal*, 43, 390-404.
- Bushway, S., & Reuter, P. (2002). Labor markets and crime. In J. Q. Wilson e J. Petersilia (Eds.), *Crime: Public policies for crime control* (pp. 191-224). Oakland: Institute for Contemporary Studies Press.

- Carvalho, R. G. (in press). On the importance of valuing the future: future time perspective and adolescent adaptation to schooling challenges. *Universitas Psychologica*.
- Carvalho, R. G. (2012). *A personalidade na compreensão do percurso escolar na adolescência* (Dissertação de Doutoramento Não Publicada). Universidade de Lisboa, Portugal.
- Carvalho, R. G. (2007). *Perspetiva temporal de futuro em contexto educativo: um estudo com estudantes do 9º ano de uma escola rural da Madeira* (Dissertação de Mestrado Não Publicada). Universidade Aberta, Portugal.
- Carvalho, R. G., & Novo, R. F. (in press). Personality traits, future time perspective and adaptive behavior in adolescence. *The Spanish Journal of Psychology*.
- Carvalho, R. G., Pocinho, M., & Silva, C. (2010). Comportamento adaptativo e perspetivação do futuro: algumas evidências nos contextos da educação e da saúde. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 23(3), 554-561.
- Chamberlain, A. (2012). Offender rehabilitation: examining changes in inmates treatment characteristics, program participation, and institutional behavior. *Justice Quarterly*, 29(2), 183-228.
- Costa, L. M. (2009). *Representação do futuro, instrumentalidade e contextos de suporte em alunos com percurso normal e em situação de abandono escolar* (Dissertação de Mestrado Não Publicada). Universidade de Coimbra, Portugal.
- Creswell, J. W. (2007). *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto* (2ª ed.). Porto Alegre: Artmed.
- Creswell, J. W. (1998). *Qualitative inquiry and research design: choosing among five traditions*. California: Sage Publications.

- Cunha, M. P. (2008). Prisão e Sociedade: Modalidades de uma Conexão. In M. P. Cunha (Org.), *Aquém e Além da Prisão. Cruzamentos e Perspetivas* (pp. 7-32). Lisboa: Editora Noventa Graus.
- Cunha, M. I. (2007). O tempo insuspenso. Uma aproximação a duas perceções carcerais da temporalidade. In A. M. Duarte, E. Araújo e R. Ribeiro (Orgs.), *O tempo, as culturas e as instituições. Para uma abordagem sociológica do tempo* (pp. 91-104). Lisboa: Edições Colibri.
- Cusson, M. (2002). *Crimonologia*. Cruz Quebrada: Casa das Letras.
- Dall'Agno, L. (2010). *Ressocialização do apenado: a dificuldade no retorno à sociedade*. Retirado de <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/27344>
- Davis, C., Bahr, S., & Ward, C. (2012). The process of offender reintegration: perceptions of what helps prisoners reenter society. *Criminology and Criminal Justice*, 13(4), 446-469.
- Dhami, M. K.; Mandel, D. R.; Loewenstein, G.; & Ayton, P. (2006). Prisoners' positive illusions of their post-release success. *Law Human Behavior*, 30, 631-647.
- Fraser, M., & Gondim, S. M. (2004). Da fala do outro ao texto negociado: discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa. *Paidéia*, 14(28), 139-152.
- Giordano, P. C., Schroeder, R. D., & Cernkovich, S. (2007). Emotions and crime over the life course: a neo-meadian perspective on criminal continuity and change. *The American Journal of Sociology*, 112, 1603-1661.
- Godoy, A. (1995). Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades: uma revisão histórica dos principais autores e obras que refletem esta metodologia de pesquisa em Ciências Sociais. *Revista de Administração de Empresas*, 35(2), 57-63.
- Goffman, E. (2007). *Manicómios, prisões e conventos*. São Paulo: Editora Perspetiva.

- Gomes, I. (2008). *Da prisão à liberdade: reinserção social de ex-reclusos* (Dissertação de Mestrado Não Publicada). Instituto Universitário de Lisboa, Portugal.
- Gonçalves, R. A. (2008). *Delinquência, crime e adaptação à prisão*. Lisboa: Quarteto.
- Graneheim, U. H., & Lundman, B. (2004). Qualitative content analysis in nursing research: concepts, procedures and measures to achieve trustworthiness. *Nurse Education Today*, 24, 105-112.
- Haney, C. (2009). The psychological impact of incarceration: implications for postprison adjustment. In J. Travis e M. Waul (Eds.), *Prisoners once removed: the impact of incarceration and reentry on children, families, and communities* (pp. 33-66). Washington: Urban Institute Press.
- Jacques, M. G. (1996). Identidade e trabalho: uma articulação indispensável. In J. E. Borges-Andrade, W. Codo e A. Tamayo (Eds.), *Trabalho, Organização e Cultura* (pp. 41-47). São Paulo: Cooperativa de Autores Associados.
- Janeiro, I. (2012). O inventário de perspetiva temporal: estudo de validação. *RIDEP*, 34(1), 117-132.
- Lassance, M. C. (2005). Adultos com dificuldades de ajustamento ao trabalho: ampliando o enquadre da orientação vocacional de abordagem evolutiva. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, 6(1), 41-51.
- LeBel, T. P., Burnett, R., Maruna, S., & Bushway, S. (2008). The “chicken and egg” of subjective and social factors in desistance from crime. *European Journal of Criminology*, 5, 131-159.
- Lincoln, Y., & Guba, E. (1985). *Naturalistic inquiry*. California: Sage Publications.
- Locatelli, A. C., Bzuneck, J. A., & Guimarães, S. E. (2007). A motivação de adolescentes em relação com a perspetiva de tempo futuro. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 20(2), 268-276.

- MacKenzie, D. L. (2006). *What works in corrections: reducing the criminal activities of offenders and delinquents*. Nova Iorque: Cambridge University Press.
- Marques, S. (2013). *Competências de Exploração Vocacional: um estudo com reclusos*. (Dissertação de Mestrado Publicada). Instituto Superior de Línguas e Administração de Leiria, Portugal.
- Maruna, S. (2001). *Making good: how ex-convicts reform and rebuild their lives*. Washington: American Psychological Association.
- Minayo, M. (2000). *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde* (7ª ed.). São Paulo: Hucitec.
- Mischel, W., & Gilligan, C. (1964). Delay of gratification, motivation for the prohibited gratification and responses to the temptation. *Journal of Abnormal and Social Psychology*, 69, 411-417.
- Moisão, A. M. (2007). *Medidas de flexibilização da pena de prisão e reinserção social de reclusos no Estabelecimento Prisional Regional de Silves* (Dissertação de Mestrado Não Publicada). Universidade de Lisboa, Portugal.
- Morais, N. M., & Koller, S. (2004). Abordagem ecológica do desenvolvimento humano, psicologia positiva e resiliência: ênfase na saúde. In S. Koller (Ed.), *Ecologia do desenvolvimento humano: pesquisa e intervenção no Brasil* (pp. 95-111). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Moreira, N. A. (2009). *Fatores de risco associados à ideação suicida durante a prisão preventiva: estudo exploratório* (Dissertação de Mestrado Não Publicada). Universidade do Minho, Portugal.
- Moreira, N. A. (2008). *Sufrimento, desespero e comportamentos suicidários na prisão*. Coimbra: Quarteto Editora.

- Morin, E. (2001). Os sentidos do trabalho. *Revista de Administração de Empresas*, 41(3), 8-19.
- Morse, J. M. (1992). *Qualitative health research*. California: Sage Publications.
- Niquice, F. (2013). *Caraterísticas Biossociodemográficas, Motivações do Comportamento Infrator e Perspetivas do Futuro de Jovens em Situação de Reclusão da Cidade de Maputo – Moçambique*. (Dissertação de Mestrado Não Publicada). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil.
- Nuttin, J., & Lens, W. (1985). *Future time perspective and motivation: theory and research method*. Leuven: Leuven University Press.
- Öhman, A. (2005). Qualitative methodology for rehabilitation research. *Journal of Rehabilitation Medicine*, 37, 273-280.
- Ortuño, V., & Janeiro, I. (2009). Estudo comparativo de duas medidas de perspetiva temporal: IPT e ZTPI em foco. In *Actas do X Congresso Internacional Galego-Português de Psicopedagogia* (pp. 3770-3781). Braga, Portugal: Universidade do Minho.
- Peetsma, T. (2000). Future time perspective as a predictor of school investment. *Scandinavian Journal of Educational Research*, 44(2), 179-194.
- Picken, J. (2012). The coping strategies, adjustment and well being of male inmates in the prison environment. *Internet Journal of Criminology*, 1-29. ISSN 2045-6743.
- Retirado de:
http://www.internetjournalofcriminology.com/picken_the_coping_strategies_adjustment_and_well_being_of_male_inmates_ijk_july_2012.pdf
- Pinto, G., & Hirdes, A. (2006). O processo de institucionalização de detentos: perspetivas de reabilitação e reinserção social. *Escola Anna Nery Revista de Enfermagem*, 10(4), 678-683.

- Ratner, C. (2002). Subjectivity and objectivity in qualitative methodology. *Forum: qualitative social research*, 3(3), Art. 16. ISSN: 1438-5627. Retirado de: <http://www.qualitative-research.net/index.php/fqs/article/view/829/1801>
- Savickas, M. (1990). Improving career time perspective. In D. Brown e L. Brooks (Eds.), *Career Counseling Techniques* (pp. 236-249). Boston: Allyn & Bacon.
- Schilling, J. (2006). On pragmatics of qualitative assessment: designing the process for content analysis. *European Journal of Psychological Assessment*, 22(1), 28-37.
- Seron, P. (2009). *Nos difíceis caminhos da liberdade: estudo sobre o papel do trabalho na vida de egressos do sistema prisional* (Dissertação de Doutorado Não Publicada). Universidade de São Paulo, Brasil.
- Silva, F. (s.d.). *Discursos de Reclusos: Reincidência, reeducação e perspectivas de integração social* (Dissertação de Mestrado Não Publicada). Universidade do Porto, Portugal.
- Silva, C. B. (2012). *A vida de ex-reclusos por suas palavras. Os liames entre a vida na prisão e a (re)inserção social* (Dissertação de Mestrado Publicada). Universidade do Porto, Portugal.
- Silva, C., Gobbi, B., & Simão, A. (2005). O uso da análise de conteúdo como uma ferramenta para a pesquisa qualitativa: descrição e aplicação do método. *Organizações Rurais e Agroindustriais*, 7(1), 70-81.
- Snyder, C., van Wormer, K., Chadha, J., & Jagers, J. (2009). Older adult inmates: the challenge for social work. *Social Work*, 54(2), 117-124.
- Stake, R. (2000). Case studies. In N. K. Denzin e Y. S. Lincoln (Eds.), *Handbook of qualitative research* (pp. 435-454). Londres: Sage Publications.

- Stein, K. B., Sarbin, T., & Kulik, J. (1968). Future time perspective: its relation to socialization process and the delinquent role. *Journal of Consulting and Clinical Psychology, 32*, 257-264.
- Tavares, G.; & Menandro, P. R. (2008). Trajetórias de vida de presidiários e possíveis sentidos para a prisão. *Psicologia Política, 8*(15), 121-138.
- Trommsdorff, G., & Lamm, H. (1980). Future orientation of institutionalized and noninstitutionalized delinquents and nondelinquents. *European Journal of Social Psychology, 10*, 247-278.
- Tscharf, C. (2009). *Educação e formação de adultos em prisões portuguesas* (Dissertação de Mestrado Não Publicada). Universidade de Aveiro, Portugal.
- Ventura, M. M. (2007). O estudo de caso como modalidade de pesquisa. *Revista da Sociedade de Cardiologia do Estado do Rio de Janeiro, 20*(5), 383-386.
- Visher, C. A., & O'Connell, D. J. (2012). Incarceration and inmates' self perceptions about returning home. *Journal of Criminal Justice, 40*, 386-393.
- Wolf, N., Shi, J., & Schumann, B. (2012). Reentry preparedness among soon-to-be-released inmates and the role of time served. *Journal of Criminal Justice, 40*, 379-385.
- Yin, R. (2009). *Case study research: design and methods* (4^a ed.). California: Sage Publications.

Anexos

Anexo I – Tabelas Iniciais de Categorização

Categoria: Acontecimentos antes da prisão			
<i>Descritivo da categoria:</i> Testemunho dos participantes sobre tudo o que se passou antes do momento da entrada no estabelecimento prisional, que remetem para quatro subcategorias.			
Objetivos específicos	Formulário de questões	Subcategorias	Descritivo das subcategorias
Descrever todos os acontecimentos e trajetórias que conduziram à situação de reclusão.	1. Como era a sua vida fora do estabelecimento prisional?	Vida fora da prisão	Afirmações que evidenciem a vida do recluso antes de entrar na prisão.
	2. Qual o seu crime?	Crime	Afirmações que especifiquem o motivo da sua condenação.
	3. O que se passou para cometer esse crime?	Crime	Afirmações que descrevam os acontecimentos que levaram o recluso a cometer o crime.
	4. Como aconteceu?	Crime	Afirmações que especifiquem o sucedido na altura do crime.
	5. Como foi a sua detenção?	Detenção	Afirmações que descrevam o momento da detenção.
	6. Qual foi a sua pena?	Pena	Afirmações que estejam relacionadas com a pena e o tempo da pena.

 Categoria: Representações acerca da reclusão

Descritivo da categoria: Testemunho dos participantes acerca da percepção que têm da sua situação de reclusão, que remete para duas subcategorias.

Objetivos específicos	Formulário de questões	Subcategorias	Descritivo das subcategorias
Compreender de que modo os indivíduos percebem a sua situação de reclusão, recorrendo a indicadores cognitivos, afetivos e comportamentais.	1. O que sentiu quando foi preso?	Detenção	Afirmações que descrevam todas as suas emoções afetivas em relação ao momento da detenção.
	2. Como está a lidar com a sua situação de reclusão?	Situação de reclusão	Afirmações que evidenciem os aspetos cognitivos, afetivos e comportamentais do recluso face à situação de reclusão.
	3. O que pensa do estabelecimento prisional?	Estabelecimento Prisional	Afirmações que demonstrem a opinião do recluso acerca do EP.
	4. O que representa para si estar preso?	Situação de reclusão	Afirmações referentes às representações cognitivas e afetivas da situação de estar preso.

Categoria: Comportamento e atividades dentro do Estabelecimento Prisional

Descritivo da categoria: Testemunho dos participantes sobre os seus comportamentos, castigos comportamentais e ocupações laborais que exerçam dentro do Estabelecimento Prisional, que remete para três subcategorias.

Objetivos específicos	Formulário de questões	Subcategorias	Descritivo das subcategorias
Aferir e descrever os comportamentos do recluso dentro do estabelecimento prisional, bem como as ocupações laborais que poderão ter dentro da instituição.	1. Como tem sido o seu percurso dentro do EPF?	Percurso prisional	Afirmações que descrevam o percurso do indivíduo desde o momento em que foi preso até ao presente.
	2. Tem tido problemas com os outros reclusos? E com os guardas prisionais?	Comportamentos no EP	Afirmações que evidenciem a existência ou não de problemas de comportamento por parte do recluso dentro do EP.
	3. Em que tipo de atividades participa cá dentro?	Ocupação no EP	Afirmações que demonstrem em que tipo de atividades lúdicas os reclusos participam.
	4. Tem alguma ocupação laboral dentro do EPF?	Ocupação no EP.	Afirmações que evidenciem a existência ou não de uma ocupação laboral por parte do recluso no EP.

 Categoria: Perspetivas futuras para o momento da saída da prisão

Descritivo da categoria: Testemunho dos participantes acerca do seu futuro fora do Estabelecimento Prisional, nomeadamente perspetivas e objetivos futuros, que remete para duas subcategorias.

Objetivos específicos	Formulário de questões	Subcategorias	Descritivo das subcategorias
Descrição e compreensão das suas expectativas relativamente ao período após o cumprimento da pena, procurando-se analisar a amplitude das suas PTF, bem como identificar potenciais objetivos sociais, familiares e profissionais.	1. Pensa no momento da saída da prisão?	Momento da saída da prisão	Afirmações que evidenciem se o indivíduo está consciente ou não acerca do seu momento de saída do EP.
	2. O que acha que vai acontecer quando sair?	Momento da saída da prisão	Afirmações que evidenciem as suas representações cognitivas e afetivas referentes ao momento da saída da prisão.
	3. Como pensa que vai ser recebido pela sociedade?	Momento da saída da prisão	Afirmações que demonstrem as suas representações referentes à vida em sociedade, já fora do estabelecimento prisional.
	4. Qual a primeira coisa que pretende fazer quando sair?	Perspetivas de futuro	Afirmações referentes aos seus objetivos principais no momento da saída da prisão.
	5. Tem alguma perspetiva de futuro? Se sim, qual?	Perspetivas de futuro	Afirmações que descrevam as perspetivas de futuro dos reclusos para o momento da saída da prisão e toda a sua vida futura em sociedade.

Anexo II – Tabela final de codificação: identificação das categorias e subcategorias e regras de codificação

Categorias	Subcategorias	Definição	Codificação
Acontecimentos antes da prisão	Vida fora da prisão	Aspetos relevantes quanto à vida do indivíduo antes de entrar no estabelecimento prisional.	Unidades de sentido referentes às respostas dos participantes quanto à questão “como era a sua vida fora do estabelecimento prisional?” ou unidades de sentido que apareçam ao longo do texto referentes a este aspeto.
	Crime	Aspetos que constituem o crime, detenção e pena.	Unidades de sentido correspondentes aos acontecimentos acerca do crime, detenção e pena do indivíduo.
Representações acerca da reclusão	Situação de reclusão	Aspetos e representações cognitivas, afetivas e comportamentais face à situação de reclusão.	São incluídas todas as unidades de sentido referentes às representações do indivíduo quanto ao contexto e à situação prisional.
	Estabelecimento prisional	Opinião do indivíduo quanto ao estabelecimento prisional.	Unidades de sentido que, de forma metafórica ou literal transmitem a opinião e crença do indivíduo quanto ao estabelecimento prisional em que está inserido.
	Apoio familiar	Referência às pessoas que exercem algum tipo de apoio ao indivíduo que influencia o percurso prisional do sujeito.	Unidades de sentido que incluam todas as pessoas que exerceram apoio emocional, económico, logístico ou burocrático no percurso prisional do indivíduo, bem como a importância que esse apoio teve para o indivíduo.
Comportamento e atividades dentro do EP	Percurso prisional	Aspetos relevantes referente ao percursos prisional do indivíduo, desde o momento da sua entrada na prisão até ao presente.	Unidades de sentido referentes às respostas dos participantes quanto à questão “como tem sido o seu percurso dentro do EPF” ou unidades de sentido que apareçam ao longo do texto referentes a este aspeto.
	Comportamento no EP	Aspetos que evidenciam o	Unidades de sentido referentes ao bom ou mau

	Ocupação no EP	comportamento do indivíduo na prisão. Referência às atividades lúdicas e às ocupações laborais dos indivíduos dentro do estabelecimento prisional.	comportamento do indivíduo na prisão. Unidades de sentido que façam referência ao tipo de atividades lúdicas que os indivíduos participam na prisão e à existência ou inexistência de uma ocupação laboral dentro do estabelecimento prisional.
Perspetivas futuras para o momento da saída da prisão	Momento da saída da prisão	Representações cognitivas e afetivas quanto ao momento da saída do estabelecimento prisional.	Unidades de sentido que evidenciem as representações cognitivas e afetivas em relação ao momento da saída, bem como a consciência da existência desse momento.
	Rótulo social	Representações e preocupações quanto à forma como vão ser recebidos pela sociedade, após saírem do estabelecimento prisional.	Unidades de sentido referentes às respostas dos participantes quanto à questão “como pensa que vai ser recebido pela sociedade?” ou unidades de sentido que apareçam ao longo do texto referentes a este aspeto.
	Perspetivas de futuro	Aspetos relevantes quanto às expetativas pessoais, profissionais, familiares e sociais referentes à vida futura fora dos muros prisionais.	Unidades de sentido que descrevam e evidenciem objetivos, expetativas e perspetivas de futuro para o momento da saída da prisão, a nível pessoal, profissional, familiar e social.